

2014

Relatório de Economia Bancária e Crédito



2014

Relatório de Economia Bancária e Crédito



Relatório de Economia Bancária e Crédito

Publicação anual do Banco Central do Brasil (BCB)

Os textos e os correspondentes quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)

(E-mail: conep.depep@bcb.gov.br)

Departamento Econômico (Depec) – Evolução do Mercado de Crédito

(E-mail: depec@bcb.gov.br)

É permitido reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte:
Relatório de Economia Bancária e Crédito, 2014.

No intuito de aprimorar este instrumento de divulgação de estudos e estatísticas sobre o mercado de crédito e a atividade bancária, o BC convida você a participar desta pesquisa para avaliar a importância de cada tema abordado neste Relatório, bem como identificar outros assuntos que poderiam ser de seu interesse.

Sua participação é fundamental para o aperfeiçoamento deste Relatório.

[Clique aqui.](#)

Departamento de Comunicação

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício Sede – 2º subsolo
70074 900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3806
E-mail: identidadevisual.comun@bcb.gov.br

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <www.bcb.gov.br/pre/portalCidadao/bcb/atendimento.asp?idpai=PORTALBCB>

Apresentação

Em 2014, observou-se a continuidade do processo de expansão das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em ritmo moderado, com elevação das taxas de juros, acompanhada pela ampliação dos *spreads*, pela extensão dos prazos médios das contratações e pelos índices de inadimplência historicamente baixos. Nesse contexto, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 58,9%, ante 56,0%, em dezembro de 2013.

Este Relatório apresenta seis capítulos e um tópico especial. O Capítulo I contém análise da dinâmica dos principais indicadores do mercado de crédito, entre os quais, saldos e taxas de juros, bem como *spreads* e taxas de inadimplência.

Com o objetivo de apresentar em mais detalhes o comportamento do saldo e da inadimplência para os segmentos de pessoas físicas e jurídicas, o Capítulo II analisa o comportamento dessas variáveis para o período de 2011 a 2014 segundo o perfil dos tomadores de crédito (unidade da federação do tomador, anos de fundação e setor de atividade para as pessoas jurídicas; e gênero e faixa etária para as pessoas físicas).

O Capítulo III traz a decomposição do *spread* bancário geral, para os grupos de bancos públicos, de bancos privados e dos maiores bancos em montante de concessão de crédito. As estimativas foram realizadas para o período de 2007 a 2014. A decomposição do *spread* para clientes preferenciais baseia-se na Taxa Preferencial Brasileira (TPB) e é apresentada no Capítulo IV.

No Capítulo V, analisam-se os resultados da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito para os segmentos de pessoas jurídicas – grandes empresas; pessoas jurídicas – micro, pequenas e médias empresas; pessoas físicas – crédito voltado ao consumo e pessoas físicas – crédito habitacional. Além disso, apresenta-se uma avaliação da capacidade preditiva da Pesquisa Trimestral sobre Condições de Crédito.

Os resultados das edições trimestrais realizadas em 2014 da Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF), que busca identificar os principais riscos percebidos pelas instituições no âmbito do SFN, são comentados no Capítulo VI.

Por último, o tópico especial, que passa a ser apresentado a partir desta edição, discute a atuação dos bancos estrangeiros no mercado de crédito brasileiro e na oferta de instrumentos financeiros derivativos cambiais nos últimos anos.

Sumário

Evolução Recente do Mercado de Crédito.....	6
1 Operações de crédito do Sistema Financeiro	7
Taxas de juros, <i>spreads</i> e inadimplência	9
2 Evolução do Mercado de Crédito segundo características dos tomadores	13
Operações de crédito para pessoa jurídica	13
Unidade da federação	13
Tempo de Fundação	15
Porte da Empresa	16
Setor de atividade	18
Operações de crédito para pessoa física	26
Gênero	29
Faixa etária	30
Considerações finais	31
Anexo	33
3 Decomposição do <i>spread</i> bancário	41
4 Decomposição do <i>spread</i> bancário para clientes preferenciais	46
5 Análise de resultados da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito	49
Fatores determinantes do comportamento da oferta e demanda por crédito	49
Relação entre o indicador da porcentagem de aprovação de novas concessões e a variação observada de novas concessões	53
Expectativas de saldo e inadimplência para 2015	55
6 Pesquisa Estabilidade Financeira – 2014	60
Riscos à estabilidade financeira	60
Probabilidade de evento de alto impacto no curto prazo	61
Probabilidade de evento de alto impacto no médio prazo	61
Alteração das condições de estabilidade financeira	62
Confiança na estabilidade do sistema financeiro	63
Grau de concordância dos respondentes	64

Tópico Especial.....	65
Atuação de Bancos Estrangeiros no Brasil.....	66
1 Introdução.....	66
2 Volumes e Taxas de juros das Concessões de Crédito Livres.....	66
2.1 Volume de concessões.....	67
2.2 Taxas de juros.....	68
3 Influência dos Bancos Estrangeiros sobre as Taxas de Juros no Mercado de Crédito Brasileiro.....	70
4 Identificando o efeito de substituição de Bancos Estrangeiros para o Crédito	72
5 Transmissão de choques internacionais pelos <i>Ratings</i> de Crédito locais	75
6 Derivativos cambiais	78
7 Considerações finais	79
8 Referências.....	80

Evolução Recente do Mercado de Crédito

1

Operações de crédito do Sistema Financeiro

Em 2014, a expansão das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) prosseguiu em ritmo moderado, registrando desaceleração em relação ao ano anterior, notadamente no segmento de recursos livres, em linha com o arrefecimento da atividade econômica e com a trajetória da política monetária. O crédito direcionado também apresentou moderação, embora ainda mantendo desempenho expressivo, sustentado pelos créditos imobiliários e por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ao longo do ano, a elevação das taxas de juros foi acompanhada pela ampliação dos *spreads*. Observou-se extensão dos prazos médios das contratações e permaneceu favorável o comportamento dos índices de inadimplência. O comprometimento de renda das famílias com o serviço das dívidas bancárias manteve-se relativamente estável, refletindo o equilíbrio dos impactos da moderação do crescimento dos saldos e da elevação das taxas de juros.

Nesse contexto, e de acordo com os dados da tabela 1, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro somou R\$3.018 bilhões em dezembro, ao crescer 11,3% no ano (ante crescimento de 14,5%, em 2013, e de 16,4%, em 2012). A relação crédito sobre o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 58,9%, ante 56,0%, em 2013, e 53,9%, em 2012. Os saldos destinados às pessoas jurídicas e às pessoas físicas totalizaram R\$1.606 bilhão e R\$1.412 bilhão, respectivamente, em dezembro de 2014, elevando-se 9,6% e 13,3% no ano (portanto, abaixo do crescimento observado de 13,2% e 16%, em 2013, nessa ordem).

Tabela 1 – Evolução do crédito

Discriminação	R\$ bilhões				
	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Total	2368,3	2711,4	3017,5	14,5	11,3
Pessoas jurídicas	1294,2	1465,5	1605,7	13,2	9,6
Recursos livres	707,3	764,0	793,8	8,0	3,9
Direcionados	586,9	701,5	811,9	19,5	15,7
Pessoas físicas	1074,1	1245,9	1411,8	16,0	13,3
Recursos livres	689,3	742,8	783,4	7,8	5,5
Direcionados	384,8	503,1	628,4	30,7	24,9
Participação %:					
Total/PIB	53,9	56,0	58,9		
Pessoas jurídicas/PIB	29,5	30,3	31,3		
Pessoas físicas/PIB	24,5	25,7	27,6		
Recursos livres/PIB	31,8	31,1	30,8		
Recursos direcionados/PIB	22,1	24,9	28,1		

As operações de crédito contratadas com as instituições financeiras públicas cresceram 16,7% no ano (22,6%, em 2013), alcançando participação relativa de 53,8% (51,3%, em 2013) no volume total de crédito do sistema financeiro com saldo de R\$1.623 bilhão em dezembro. O crédito das instituições privadas nacionais e estrangeiras cresceu 6,1% e 4,6%, respectivamente (6,1% e 9,0%, em 2013), correspondendo a 31,6% e a 14,6% do total do sistema financeiro (33,2% e 15,5%, respectivamente, em 2013).

O crédito com recursos livres totalizou R\$1.577 bilhão, em 2014, elevando-se 4,7% em relação a 2013 (ante 7,9% em 2013). Conforme se observa na tabela 2, a carteira destinada a pessoas físicas atingiu R\$783 bilhões, com expansão de 5,5% (7,8% no ano anterior). Destaque para a desaceleração no ritmo de crescimento do crédito pessoal (de 14,7%, em 2013, para 11,1%, em 2014) e a redução de 4,5% no saldo dos financiamentos de veículos.

Tabela 2 – Crédito a pessoas físicas

Discriminação	R\$ bilhões				
	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Recursos livres	689,3	742,8	783,4	7,8	5,5
Crédito pessoal	277,0	317,7	353,1	14,7	11,1
Do qual: consignado	188,9	221,9	252,2	17,5	13,7
Aquisição de veículos	193,2	192,8	184,2	-0,2	-4,5
Cartão de crédito	126,6	144,6	160,8	14,2	11,2
Cheque especial	21,7	23,3	24,5	7,4	5,2
Demais	70,8	64,4	60,8	-9,0	-5,6
Recursos direcionados	384,8	503,1	628,4	30,7	24,9
BNDES	29,2	37,1	43,2	27,1	16,4
Imobiliário	255,4	337,2	431,6	32,0	28,0
Rural	94,5	119,1	145,6	26,0	22,3
Demais	5,7	9,7	8,0	70,2	-17,5

No crédito livre, o saldo das operações a pessoas jurídicas atingiu R\$794 bilhões (tabela 3), com expansão moderada de 3,9% no ano (8,0%, em 2013). Destaque para os empréstimos de capital de giro, com participação de 50,0% na carteira e crescimento de 1,9%, em 2014, ante 5,9%, no ano anterior, e para os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC), que cresceram 23,5%, ante retração de 7,4%, em 2013.

Tabela 3 – Crédito a pessoas jurídicas

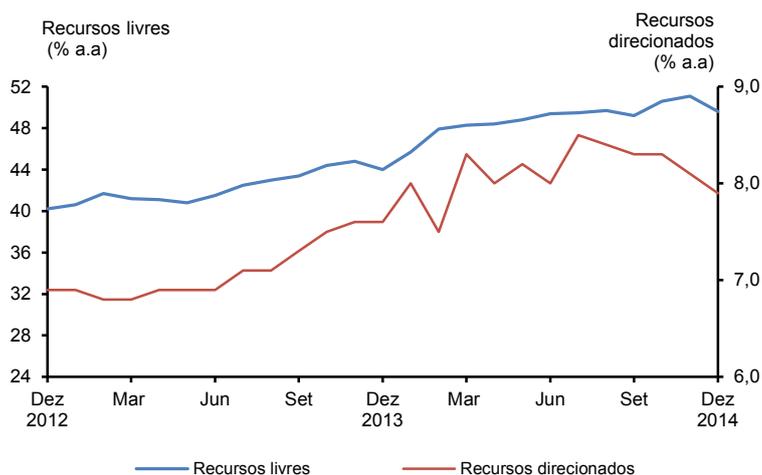
Discriminação	R\$ bilhões				
	2012	2013	2014	Variação %	
				2013	2014
Recursos livres	707,3	764,0	793,8	8,0	3,9
Capital de giro	363,6	385,2	392,4	5,9	1,9
Conta garantida	44,1	44,0	45,5	-0,2	3,4
ACC	45,9	42,5	52,5	-7,4	23,5
Financiamentos a exportadores	36,9	50,3	57,5	36,3	14,3
Demais	216,8	242,0	245,9	11,6	1,6
Recursos direcionados	586,9	701,5	811,9	19,5	15,7
BNDES	446,7	514,5	595,2	15,2	15,7
Imobiliário	42,9	53,8	66,2	25,4	23,0
Rural	50,2	69,6	74,3	38,6	6,8
Demais	47,1	63,6	76,2	35,0	19,8

Os financiamentos com recursos direcionados totalizaram R\$1.440 bilhão, crescendo 19,6%, no ano, ante 24%, em 2013. Na carteira de pessoas físicas, destaca-se o crédito imobiliário, com expansão de 28,0% (32,0%, em 2013), totalizando R\$432 bilhões (tabela 2). Os desembolsos para esse segmento de crédito imobiliário voltado para pessoa física aumentaram 6,5%, ante elevação de 31,6%, no ano anterior, refletindo a evolução mais moderada dos indicadores de renda e emprego. Consideradas as operações destinadas a pessoas físicas e jurídicas, o volume total de crédito imobiliário atingiu R\$498 bilhões, equivalente a 9,7% do PIB (8,1% em dezembro de 2013). Destacaram-se na carteira de pessoas jurídicas os financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, cujo saldo cresceu 15,7% (15,2% no ano anterior), de acordo com dados da tabela 3, refletindo aumento de 2,3% nos desembolsos anuais e nos efeitos da depreciação cambial no período, que afetam os saldos de operações referenciadas em moeda estrangeira.

Taxas de juros, *spreads* e inadimplência

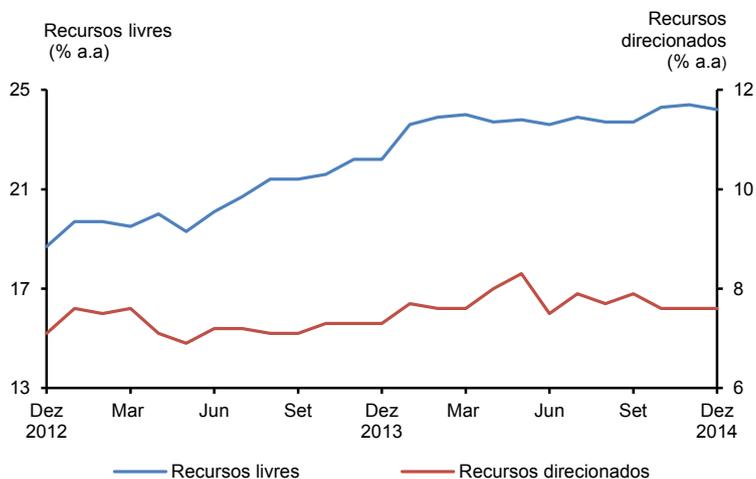
A taxa média anual de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, atingiu 23,7%, em dezembro, após elevação de 1,3 ponto percentual (p.p.) no ano (1,5 p.p., em 2013), refletindo a trajetória da taxa básica de juros, assim como o aumento dos *spreads* em modalidades de risco mais elevado. No âmbito dos recursos livres, a taxa média de juros situou-se em 37,3%, com alta de 3,9 p.p., enquanto no crédito direcionado, o custo médio aumentou 0,3 p.p., atingindo 7,8%.

Gráfico 1 – Taxas de juros – Crédito às pessoas físicas



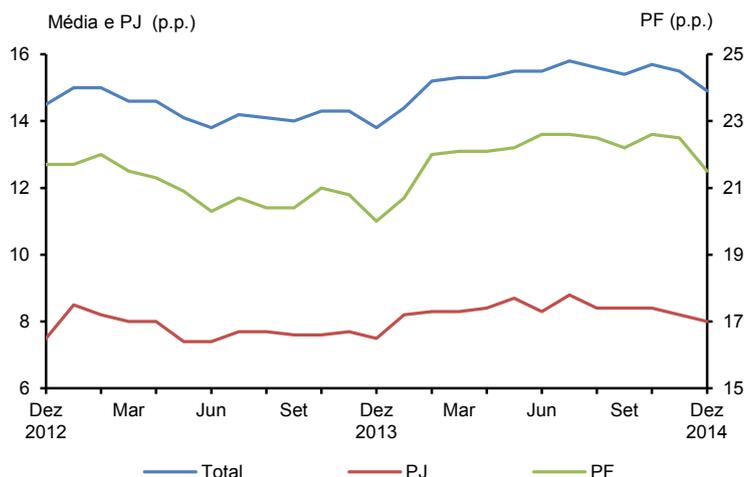
Nos créditos a pessoas físicas (gráfico 1), a taxa média de juros situou-se em 30,7%, em dezembro, após crescimento de 1,6 p.p., em relação a dezembro de 2013. Nas operações com recursos livres, o custo médio aumentou 5,6 p.p., ao atingir 49,6%, refletindo, principalmente, as elevações de 15,8 p.p. no crédito pessoal não consignado, de 18,8 p.p. no cartão de crédito rotativo e de 52,9 p.p. no cheque especial. Nos financiamentos às famílias com recursos direcionados, o custo médio atingiu 7,9%, ao elevar-se 0,3 p.p., como resultado de aumentos nas taxas de juros dos segmentos rural e imobiliário.

Gráfico 2 – Taxas de juros – Crédito a pessoa jurídica



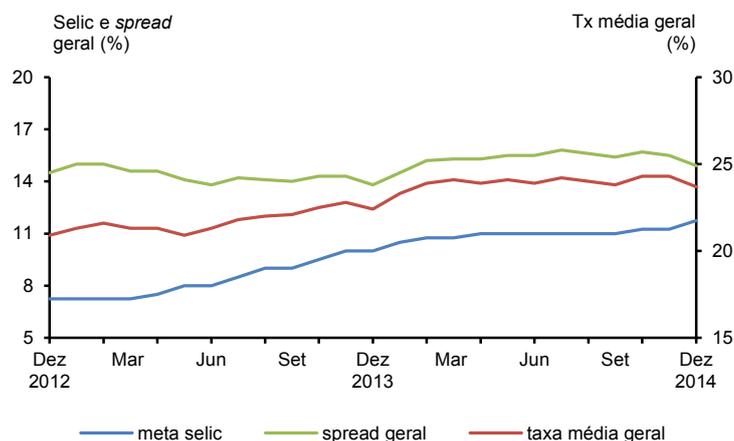
Nos empréstimos às empresas (gráfico 2), a taxa média de juros subiu 0,8 p.p., no ano, para 16,5%. Nas operações com recursos livres, o custo médio atingiu 24,2%, ao avançar 2,0 p.p., com destaque para a alta de 1,8 p.p. nos empréstimos de capital de giro e de 3,5 p.p. na modalidade conta garantida. No segmento de recursos direcionados, os juros médios aumentaram 0,3 p.p. e atingiram 7,6%, sobressaindo as elevações nos custos médios do crédito rural, com taxas reguladas, e das operações com recursos do BNDES.

Gráfico 3 – Spread médio das operações de crédito



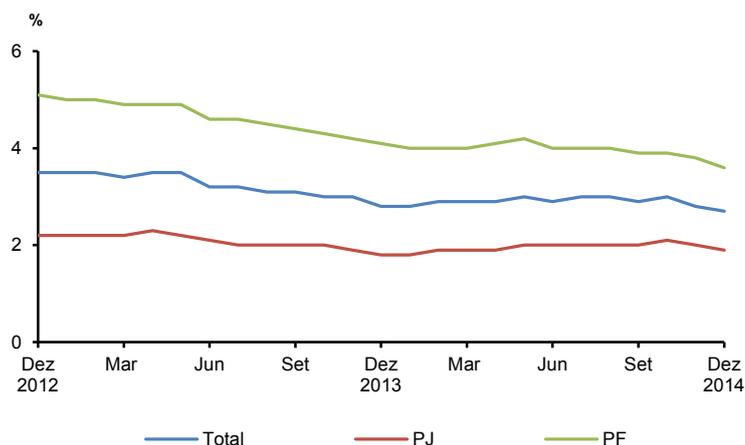
O *spread* bancário das operações de crédito do sistema financeiro alcançou 14,9 p.p., em dezembro de 2014 (gráfico 3 e 4), elevando-se 1,1 p.p. no ano. A variação refletiu aumentos respectivos de 1,5 p.p. e 0,5 p.p. nos indicadores relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas, que se situaram em 21,5 p.p. e 8,0 p.p., respectivamente. Destaque para o aumento acentuado dos *spreads* em modalidades de maior risco destinadas a pessoas físicas, tais como o cheque especial, o cartão de crédito rotativo e o crédito pessoal não consignado. Os *spreads* relativos às operações com recursos livres e direcionados atingiram 25,3 p.p. e 2,7 p.p., respectivamente, após aumento de 3,2 p.p. e 0,2 p.p. no ano.

Gráfico 4 – Meta Selic X Taxa de Juros X Spread Médio Geral



A taxa de inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, manteve-se em patamares historicamente baixos, situando-se em 2,7%, em dezembro de 2014, o menor nível da série histórica iniciada em março de 2011, recuando 0,1 p.p. relativamente a dezembro de 2013. Nos créditos livres e direcionados, a inadimplência situou-se em 4,3% e 1%, respectivamente, com variações de -0,1 p.p. e 0,1 p.p.

Gráfico 5 – Inadimplência das operações de crédito^{1/}



1/ Percentual da carteira com atraso superior a 90 dias.

O comportamento da inadimplência em 2014 (gráfico 5) espelha a continuidade na redução do indicador referente às famílias, que se situou em 3,6% (-0,5 p.p.), com ênfase no declínio dos níveis de atraso nos financiamentos de veículos (-1,3 p.p.) e no crédito pessoal (-0,2 p.p.). Contribuíram para essa evolução a manutenção do nível de emprego, o processo de desalavancagem, diante da menor expansão do consumo, e o aumento da participação de modalidades de maior prazo e custo mais reduzido, como financiamentos imobiliários, rurais e consignados, que juntos representaram 59% da carteira do segmento, comparativamente a 54%, em 2013. No mesmo sentido, o indicador antecedente, referente aos atrasos de 15 a 90 dias, situou-se em 4,9% no crédito livre (-0,4 p.p.) e em 5,1% no direcionado (-0,1 p.p.).

No crédito às empresas, a inadimplência correspondeu a 1,9% da carteira (alta de 0,1 p.p. no ano), situando-se em 3,4% no crédito livre (+0,3 p.p.) e em 0,5% no crédito direcionado (+0,1 p.p.). Entre as operações com recursos livres, destacaram-se as elevações nas modalidades capital de giro (0,3 p.p.), ACC (0,2 p.p.) e financiamentos a exportações (0,3 p.p.).

2

Evolução do Mercado de Crédito segundo características dos tomadores

O total de empréstimos destinados tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas teve crescimento real em todos os anos desde 2012, assim como ocorreu, em termos nominais, com taxas decrescentes. No caso dos créditos voltados para a pessoa física, o crescimento real de 10,3% observado, em 2012, reduziu-se para 6,5%, em 2014. Em relação aos empréstimos para pessoas jurídicas, a desaceleração real foi ainda maior, de 9,8%, em 2012, para 3,0%, em 2014.

Com o objetivo de apresentar em mais detalhes o comportamento do saldo e da inadimplência para os segmentos de pessoas físicas e jurídicas, o presente capítulo faz uma análise do comportamento dessas variáveis segundo o perfil dos tomadores de crédito (unidade da federação do tomador, anos de fundação e setor de atividade para as pessoas jurídicas; e gênero e faixa etária para as pessoas físicas). Os dados apresentados referem-se aos valores observados em cada dezembro, de 2011 a 2014.

Operações de crédito para pessoa jurídica

Unidade da federação

Analisando-se a distribuição dos saldos em carteira, segundo a Unidade da Federação (UF) na qual está localizado o tomador do empréstimo (tabela A do anexo), verifica-se uma alta concentração dos empréstimos em apenas três UFs, cuja participação total é superior a 50%, conforme dados da tabela 4.

Tabela 4 – Unidades da Federação com maiores participações no total geral de empréstimos

	R\$ milhões							
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
São Paulo	393.769	438.727	485.523	528.801	11,4%	10,7%	8,9%	10,3%
Rio de Janeiro	159.579	194.147	226.357	268.135	21,7%	16,6%	18,5%	18,9%
Minas Gerais	96.887	114.622	128.930	138.705	18,3%	12,5%	7,6%	12,7%
Total	650.235	747.497	840.810	935.641	15,0%	12,5%	11,3%	12,9%
Participação no saldo								
%								
São Paulo	35,4%	33,9%	33,1%	32,9%				
Rio de Janeiro	14,3%	15,0%	15,4%	16,7%				
Minas Gerais	8,7%	8,9%	8,8%	8,6%				
Total	58,4%	57,8%	57,4%	58,3%				

Fonte: Banco Central do Brasil

O estado de São Paulo apresenta a maior participação no total de empréstimos, contudo, essa participação relativa diminuiu continuamente, passando de 35,4%, em 2011, para 32,9%, em 2014. Em contrapartida, o Rio de Janeiro, segunda maior UF em participação no total de empréstimos, apresentou trajetória oposta, aumentando a participação ao longo do período, de 14,3%, em 2011, para 16,7%, em 2014¹. Avaliando-se a relação crédito sobre PIB estadual, Santa Catarina foi a unidade da federação com o maior valor, em 2012 (64,1%), seguido de Mato Grosso (60,2%). Os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, obtiveram a 8ª, 10ª e 14ª posição, respectivamente, com 53,4%, 50,6% e 49,2%.

Avaliando-se o número de clientes por UF (tabela B do anexo) e comparando com o saldo (tabela A do anexo), é possível verificar que a região Sudeste é a que apresenta o maior empréstimo médio por cliente (R\$513.014, em 2014). Tal comportamento tem por justificativa o nível médio de empréstimos verificado no estado do Rio de Janeiro (R\$952.755), quase o dobro do observado nessa região e, praticamente, 2,3 vezes maior do que a média nacional, decorrente da concentração de grandes empresas, principalmente do ramo de energia. Ainda comparando a evolução do saldo médio por cliente nas diferentes regiões, nota-se certo paralelismo entre elas, excetuando-se apenas a região Centro-Oeste, que apresentou, em 2013 e 2014, crescimento mais acentuado do que o observado nas demais regiões, devido também à concentração de vultosos empréstimos para empresas do ramo de energia e telecomunicações.

Em termos de taxa de inadimplência, a tabela C do anexo apresenta os valores para cada UF. De forma geral, nota-se que o estado do Rio de Janeiro é o que apresenta, sistematicamente², os menores valores, seguido pelo Distrito Federal, cuja taxa apresenta redução desde 2011. Por outro lado, os três estados com as maiores

1 A tabela A em anexo apresenta a distribuição completa dos saldos dos empréstimos por UF, bem como a variação ao longo do período analisado de 2011 a 2014.

2 Excetuando-se 2013, quando o estado de Roraima apresentou taxa levemente inferior (0,8%) ao observado no Rio de Janeiro (0,9%), contudo, incidente sobre a segunda menor carteira (0,18% do saldo total para pessoa jurídica).

taxas de inadimplência em 2014 foram Alagoas (3,5%), Pará (3,0%) e Rio Grande do Norte (2,9%), acima da média nacional de 1,8%.

Tempo de Fundação

No intuito de avaliar o comportamento do saldo em carteira de crédito das pessoas jurídicas de acordo com o número de anos desde a fundação³, foram consideradas as seguintes subdivisões: (a) até um ano; (b) dois ou três anos; (c) quatro ou cinco anos; (d) seis ou sete anos; (e) oito ou nove anos; (f) dez ou mais anos; e (g) não identificado.

Tabela 5 – Evolução do saldo do crédito para pessoas jurídicas por tempo de fundação

Tempo de fundação	R\$ milhões							
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
Total	1.113.683	1.294.198	1.465.523	1.605.698	16,2	13,2	9,6	13,0
Até um ano	30.483	27.157	26.852	23.269	-10,9	-1,1	-13,3	-8,6
Dois ou três anos	87.027	80.998	99.398	76.351	-6,9	22,7	-23,2	-4,3
Quatro ou cinco anos	112.990	141.304	125.940	123.566	25,1	-10,9	-1,9	3,0
Seis ou sete anos	79.935	94.343	136.456	147.942	18,0	44,6	8,4	22,8
Oito ou nove anos	59.005	67.083	84.371	107.375	13,7	25,8	27,3	22,1
Dez ou mais anos	712.438	845.615	956.252	1.087.939	18,7	13,1	13,8	15,2
Não identificado	31.805	37.698	36.254	39.256	18,5	-3,8	8,3	7,3
Participação no saldo %:								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0				
Até um ano	2,7	2,1	1,8	1,4				
Dois ou três anos	7,8	6,3	6,8	4,8				
Quatro ou cinco anos	10,1	10,9	8,6	7,7				
Seis ou sete anos	7,2	7,3	9,3	9,2				
Oito ou nove anos	5,3	5,2	5,8	6,7				
Dez ou mais anos	64,0	65,3	65,2	67,8				
Não identificado	2,9	2,9	2,5	2,4				

Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com os dados da tabela 5, a maior participação no saldo corresponde ao grupo de tomadores com dez ou mais anos, consistente com o que se espera na análise de riscos. Em geral, os grupos que compreendem as empresas com mais tempo de fundação têm apresentado maiores taxas de crescimento, em parte devido a condições de crédito marginalmente mais apertadas. Assim, os grupos com seis ou sete anos e com oito ou nove anos apresentaram expressiva expansão, 22,8% e 22,1% a.a., respectivamente.

3 Para cada ano, de 2011 a 2014, foi calculada a idade da empresa, em anos completos, considerando-se o tempo decorrido entre a data da fundação e o mês de dezembro da respectiva data-base.

Tabela 6 – Inadimplência de pessoas jurídicas por tempo de fundação

Tempo de fundação	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total	2,0	2,2	1,8	1,9
Até um ano	4,9	3,6	3,3	3,2
Dois ou três anos	3,6	4,2	2,8	3,5
Quatro ou cinco anos	2,2	2,4	2,4	3,2
Seis ou sete anos	2,8	2,8	2,0	2,0
Oito ou nove anos	3,6	3,6	2,4	2,5
Dez ou mais anos	1,6	1,9	1,6	1,6
Não identificado	0,0	0,1	0,2	0,8

Fonte: Banco Central do Brasil

Em relação à inadimplência (tabela 6), o grupo dos tomadores com dez ou mais anos de existência foi o que apresentou as menores taxas, conforme esperado. Entre as empresas com menos de dez anos, embora a inadimplência tenha reduzido entre 2011 e 2014 para as faixas com seis ou mais anos de fundação, nota-se que, entre 2013 e 2014, praticamente todas as faixas apresentaram estabilidade em seus níveis de inadimplência. Nas faixas até cinco anos, em virtude da maior mortalidade, é esperado que a taxa de inadimplência seja maior, ao mesmo tempo que a oferta de crédito seja mais restritiva, comparativamente às faixas superiores. Assim, conforme esperado, nas faixas de 2 a 5 anos, nota-se um comportamento de elevação da inadimplência entre 2013 e 2014, decorrente da maior fragilidade dessas empresas em um ambiente macroeconômico menos favorável. Por outro lado, nas empresas com até um ano, a mesma conjuntura de menor atividade leva a uma redução da oferta de crédito para essas empresas, gerando uma maior seleção, justificando o comportamento estável da inadimplência nesse segmento.

Porte da Empresa

Para classificar as pessoas jurídicas quanto ao porte, considerou-se o número de empregados⁴. Os grupos selecionados foram: (a) sem empregados, que engloba as empresas com atividades paralisadas ou com sede no exterior ou as individuais; (b) de um a quatro; (c) de cinco a nove; (d) de 10 a 19; (e) de 20 a 29; (f) de 30 a 49; (g) de 50 a 99; (h) de 100 a 249; (i) de 250 a 499; e (j) de 500 ou mais empregados.

4 Essa classificação é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

Tabela 7 – Evolução do saldo do crédito para pessoas jurídicas por porte

Número de empregados	R\$ milhões							
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			Média
					2012	2013	2014	
Total	1.113.683	1.294.198	1.465.523	1.605.698	16,2	13,2	9,6	13,0
Sem empregados ^{1/}	154.193	182.809	212.046	223.760	18,6	16,0	5,5	13,2
De 1 a 4	65.873	78.146	86.863	89.136	18,6	11,2	2,6	10,6
De 5 a 9	51.475	59.741	65.174	67.770	16,1	9,1	4,0	9,6
De 10 a 19	59.230	66.304	75.800	77.399	11,9	14,3	2,1	9,3
De 20 a 29	32.274	38.198	40.334	42.200	18,4	5,6	4,6	9,4
De 30 a 49	43.854	49.645	65.437	69.907	13,2	31,8	6,8	16,8
De 50 a 99	69.914	73.928	85.965	89.907	5,7	16,3	4,6	8,7
De 100 a 249	99.479	123.090	110.962	112.896	23,7	-9,9	1,7	4,3
De 250 a 499	78.591	96.445	110.579	141.257	22,7	14,7	27,7	21,6
500 ou mais	458.800	525.892	612.363	691.465	14,6	16,4	12,9	14,7
Participação no saldo %:								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0				
Sem empregados	13,8	14,1	14,5	13,9				
De 1 a 4	5,9	6,0	5,9	5,6				
De 5 a 9	4,6	4,6	4,4	4,2				
De 10 a 19	5,3	5,1	5,2	4,8				
De 20 a 29	2,9	3,0	2,8	2,6				
De 30 a 49	3,9	3,8	4,5	4,4				
De 50 a 99	6,3	5,7	5,9	5,6				
De 100 a 249	8,9	9,5	7,6	7,0				
De 250 a 499	7,1	7,5	7,5	8,8				
500 ou mais	41,2	40,6	41,8	43,1				

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Estão incluídas nessa categoria empresas individuais que não possuem empregados, empresas com atividades paralisadas e com sede no exterior.

Em geral, nota-se que todos os grupos apresentaram aumento no saldo (tabela 7), sendo que o grupo de 100 a 249 empregados apresentou a menor taxa de crescimento, 4,3% a.a., entre 2011 e 2014, com uma única queda observada no saldo de 2013, em comparação com o de 2012.

Destaca-se que a variação média do saldo de crédito no período analisado foi de 13,0%, tendo sido observada redução sistemática do ritmo de crescimento ao longo desse período. Por outro lado, a taxa de crescimento observada entre 2013 e 2014 (9,6%) foi relativamente alta, em comparação às taxas observadas nas faixas abaixo de 250 empregados, devido ao comportamento das empresas com 500 ou mais funcionários – cuja participação relativa em 2014 foi de 43,1% –, que não apresentaram desaceleração significativa no ritmo de evolução do saldo.

Tabela 8 – Inadimplência de pessoas jurídicas por porte

Número de empregados	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total	2,0	2,2	1,8	1,9
Sem empregados ^{1/}	6,3	5,9	4,5	3,2
De 1 a 4	6,2	6,6	5,1	5,6
De 5 a 9	3,6	4,1	3,3	4,6
De 10 a 19	2,5	3,3	2,5	3,4
De 20 a 29	2,0	2,4	2,3	3,2
De 30 a 49	2,3	2,4	1,9	2,0
De 50 a 99	1,4	1,6	1,5	2,0
De 100 a 249	0,7	1,5	1,4	2,8
De 250 a 499	0,8	1,1	1,1	1,0
500 ou mais	0,4	0,4	0,4	0,5

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Estão incluídas nessa categoria empresas individuais que não possuem empregados, empresas com atividades paralisadas e com sede no exterior.

De maneira geral, a inadimplência diminuiu com o aumento do porte dos tomadores (tabela 8). As menores taxas de inadimplência foram observadas no grupo de 500 ou mais empregados, enquanto as maiores taxas foram verificadas nos grupos com até 9 empregados. A dinâmica da evolução da inadimplência foi díspar entre os grupos e ao longo do tempo, com destaque para o grupo de empresas com 500 ou mais empregados que tem permanecido estável ao longo do período de análise, apesar da desaceleração da economia e do aumento da inadimplência observado em diversas faixas.

Setor de atividade

Analisando-se os saldos por setor de atividade do tomador (tabela 9), nota-se que a expansão do crédito, em termos nominais, foi menor em 2014 em relação a 2013, no geral e para cada um dos setores⁵, à exceção de Outros Serviços e Pessoas Jurídicas com Sede no Exterior ou com Atividades não Classificadas. Essa desaceleração também foi verificada de 2012 para 2013, quando considerado o total.

5 A divisão segue a classificação do IBGE para os setores de atividade econômica.

Tabela 9 – Crédito a pessoas jurídicas por setor de atividade – Saldos

R\$ milhões

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	média
Total	1.113.683	1.294.198	1.465.523	1.605.698	16,2	13,2	9,6	13,0
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	17.188	20.288	21.536	22.799	18,0	6,2	5,9	9,9
Indústrias Extrativas	18.268	25.264	30.441	34.318	38,3	20,5	12,7	23,4
Indústrias de Transformação	354.342	385.838	429.598	446.673	8,9	11,3	4,0	8,0
Construção	78.585	94.912	108.424	115.198	20,8	14,2	6,2	13,6
SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública	92.146	103.798	122.756	140.340	12,6	18,3	14,3	15,1
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	238.994	271.545	300.199	307.066	13,6	10,6	2,3	8,7
Transporte, Armazenagem e Correio	105.944	120.701	140.198	155.281	13,9	16,2	10,8	13,6
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	34.121	48.892	72.332	99.275	43,3	47,9	37,2	42,8
Outros Serviços	152.145	185.123	204.788	246.247	21,7	10,6	20,2	17,4
Pessoas Jurídicas com Sede no Exterior ou com Atividades não Classificadas	21.951	37.837	35.251	38.501	72,4	-6,8	9,2	20,6

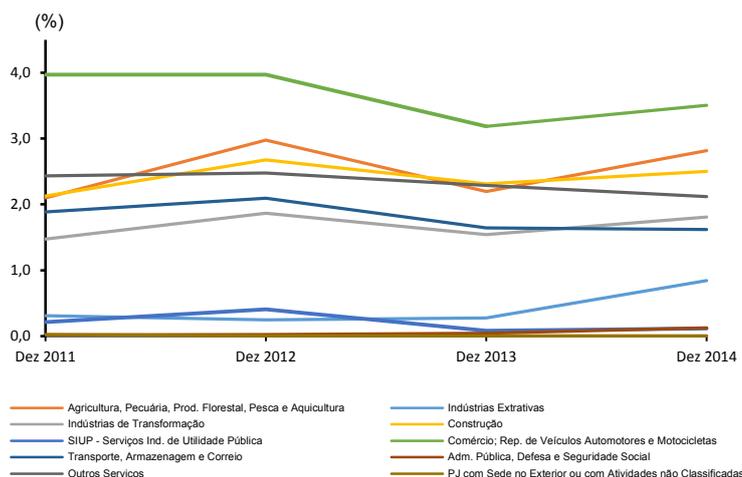
Fonte: Banco Central do Brasil

Considerando os valores de 2014, o setor com maior montante de crédito foi o de Indústrias de Transformação, com 27,8% do total, seguido do Comércio, com 19,2%. Ressalte-se também que, apesar de registrarem maior volume, esses dois setores, em relação aos demais, apresentaram as menores taxas de expansão em 2014. No Comércio, o aumento nominal foi de 2,3%, implicando retração real de 3,9%, considerando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por sua vez, o setor das Indústrias de Transformação apresentou expansão nominal de 4,0%, correspondendo a uma contração real de 2,3%.

Em 2014, a maior taxa de crescimento foi evidenciada pelo setor Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (37,2%), que também se destacou em 2012 e 2013, em parte justificada pela necessidade da realização de grandes obras de infraestrutura, em especial, no estado do Rio de Janeiro, sediará os Jogos Olímpicos em 2016.

6 Incluindo a atividade de reparação de veículos automotores e motocicletas.

Gráfico 6 – Taxa de inadimplência – Setores^{1/}



Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Com relação à inadimplência (gráfico 6), é possível agrupar os setores em três conjuntos distintos. No primeiro, encontra-se o Comércio, setor com maior inadimplência relativa no período (3,5%, em 2014).

Na faixa intermediária, os setores de Indústrias de Transformação e de Transporte, Armazenagem e Correio, com taxa de inadimplência relativamente menor, em torno de 1,7%, enquanto os setores de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, de Construção e de Outros Serviços têm inadimplência fluando em torno de 2,4%.

Na menor faixa de inadimplência, encontram-se os setores de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP); de Indústrias Extrativas e o de Pessoas Jurídicas com Sede no Exterior ou com Atividades não Classificadas.

Em 2014, a inadimplência cresceu na maioria dos setores, com aumento total de 0,1 p.p. Outros Serviços foi o único setor com queda, enquanto SIUP, Transporte, Armazenagem e Correio e Pessoas Jurídicas com sede no Exterior ou com Atividades não Classificadas ficaram praticamente estáveis. A tabela D, no anexo, apresenta os valores de inadimplência para todos os setores.

Tabela 10 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Indústrias de Transformação – Saldos

R\$ milhões

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	média
Total do setor	354.342	385.838	429.598	446.673	8,9	11,3	4,0	8,0
Fabricação de Produtos Alimentícios	69.701	78.447	84.384	92.363	12,5	7,6	9,5	9,8
Fabricação de Bebidas	6.198	6.664	7.275	7.155	7,5	9,2	-1,6	4,9
Fabricação de Produtos do Fumo	1.982	1.646	1.916	2.110	-16,9	16,4	10,1	2,1
Fabricação de Produtos Têxteis	8.800	8.352	8.918	8.034	-5,1	6,8	-9,9	-3,0
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	9.576	10.603	11.425	10.940	10,7	7,8	-4,2	4,5
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	6.033	5.946	6.052	5.933	-1,4	1,8	-2,0	-0,6
Fabricação de Produtos de Madeira	4.909	5.190	5.674	5.583	5,7	9,3	-1,6	4,4
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	16.944	22.294	23.547	26.702	31,6	5,6	13,4	16,4
Impressão e Reprodução de Gravações	3.009	3.305	3.351	3.195	9,8	1,4	-4,6	2,0
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	57.162	63.463	66.562	72.546	11,0	4,9	9,0	8,3
Fabricação de Produtos Químicos	25.385	25.362	27.753	24.404	-0,1	9,4	-12,1	-1,3
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	2.822	3.002	4.136	4.627	6,4	37,8	11,9	17,9
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	13.981	14.667	16.846	16.275	4,9	14,9	-3,4	5,2
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	12.611	14.517	16.971	17.842	15,1	16,9	5,1	12,3
Metalurgia	38.204	37.155	41.613	42.073	-2,7	12,0	1,1	3,3
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	10.317	11.659	14.599	14.697	13,0	25,2	0,7	12,5
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	6.313	7.113	5.744	3.846	12,7	-19,3	-33,0	-15,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	7.939	8.983	9.723	9.482	13,1	8,2	-2,5	6,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	15.996	16.241	18.127	18.684	1,5	11,6	3,1	5,3
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	21.057	22.740	31.603	35.002	8,0	39,0	10,8	18,5
Fabricação de Outros Equipamento de Transporte, Exceto Veículos Automotores	5.856	7.030	10.175	12.482	20,0	44,7	22,7	28,7
Fabricação de Móveis	4.470	5.371	6.268	6.102	20,2	16,7	-2,7	10,9
Fabricação de Produtos Diversos	3.231	3.686	4.000	3.803	14,1	8,5	-4,9	5,6
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	1.846	2.402	2.938	2.793	30,1	22,3	-4,9	14,8

Fonte: Banco Central do Brasil

Desagregando o setor de Indústrias de Transformação (tabela 10), observa-se que a Fabricação de Produtos Alimentícios ocupa o primeiro lugar em termos de saldo de crédito, respondendo por 20,7% do saldo do setor e por 5,8% do total concedido a pessoas jurídicas, seguida pela Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis, com 16,2% do total do setor, e Metalurgia, com 9,4%.

Tabela 11 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Indústrias de Transformação – Inadimplência^{1/}

Discriminação	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total do setor	1,5	1,9	1,5	1,8
Fabricação de Produtos Alimentícios	1,4	2,1	1,6	1,8
Fabricação de Bebidas	0,8	0,6	0,3	0,5
Fabricação de Produtos do Fumo	4,4	3,6	1,8	4,3
Fabricação de Produtos Têxteis	1,7	4,9	2,4	2,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	6,5	6,1	4,5	4,9
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	4,0	7,0	4,6	2,9
Fabricação de Produtos de Madeira	2,4	2,9	2,0	3,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,5	1,1	0,5	0,3
Impressão e Reprodução de Gravações	3,7	4,5	5,4	5,0
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	1,0	0,9	0,5	0,6
Fabricação de Produtos Químicos	0,9	0,9	0,6	0,8
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	0,9	0,7	0,1	0,2
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	1,9	2,6	2,8	2,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,1	1,6	1,5	1,8
Metalurgia	0,4	0,4	0,6	0,9
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	3,5	4,5	3,2	3,6
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	1,6	1,8	7,4	2,3
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,8	2,5	2,0	3,2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1,4	2,1	1,8	3,8
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	1,4	0,9	1,3	1,1
Fabricação de Outros Equipamento de Transporte, Exceto Veículos Automotores	0,3	0,3	0,8	5,5
Fabricação de Móveis	2,9	3,4	3,0	5,4
Fabricação de Produtos Diversos	2,4	2,4	2,4	2,9
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	4,7	5,9	3,5	4,5

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Tomando-se como referencial a inadimplência média de pessoas jurídicas, que nos anos apresentados ficou em torno de 2%, é possível observar algumas divisões contidas no setor de Indústrias de Transformação (tabela 11) que apresentaram valores mais altos. Contudo, tal comportamento fez-se presente apenas em divisões menos representativas em relação ao total de crédito que responderam individualmente por menos de 3% do crédito do setor em todos os períodos analisados.

Tabela 12 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública) – Saldos

Discriminação					R\$ milhões			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			média
Total do setor	92.146	103.798	122.756	140.340	12,6	18,3	14,3	15,1
Eletricidade e Gás	82.703	92.945	110.681	126.537	12,4	19,1	14,3	15,2
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	9.443	10.853	12.075	13.803	14,9	11,3	14,3	13,5

Fonte: Banco Central do Brasil

No setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), observa-se que, das duas divisões que o compõem, a de Eletricidade e Gás foi responsável, ao longo do período, por algo em torno de 90% do saldo de crédito (tabela 12). Sobre a inadimplência desse setor, notam-se valores baixos e estáveis (tabela 13).

Tabela 13 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública) – Inadimplência^{1/}

Discriminação	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total do setor	0,2	0,4	0,1	0,1
Eletricidade e Gás	0,1	0,4	0,0	0,1
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1,1	0,8	0,5	0,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Tabela 14 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Comércio^{1/} – Saldos

Discriminação	R\$ milhões							
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	média
Total do setor	238.994	271.545	300.199	307.066	13,6	10,6	2,3	8,7
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	42.366	42.654	48.632	45.615	0,7	14,0	-6,2	2,5
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	87.097	100.664	110.508	115.916	15,6	9,8	4,9	10,0
Comércio Varejista	109.532	128.227	141.059	145.535	17,1	10,0	3,2	9,9

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas

De 2011 a 2014, o Comércio Varejista respondeu, em média, por 47,4% do saldo de crédito do setor de Comércio (tabela 14), mas com inadimplência em nível maior do que os das demais divisões do setor (tabela 15). As demais divisões, de Comércio por Atacado, exceto Veículos Automotores e Motocicletas e de Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas responderam respectivamente por 37,7% e 14,9% desse valor, com participações estáveis no período.

Tabela 15 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Comércio^{1/} – Inadimplência^{2/}

Discriminação	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total do setor	4,0	4,0	3,2	3,5
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	3,0	4,0	2,9	3,2
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	2,7	2,7	2,2	2,4
Comércio Varejista	5,3	4,9	4,0	4,5

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Inclui Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas

2/ Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Tabela 16 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Transporte, Armazenagem e Correio – Saldos

R\$ milhões

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			média
					2012	2013	2014	
Total do setor	105.944	120.701	140.198	155.281	13,9	16,2	10,8	13,6
Transporte Terrestre	82.493	89.340	97.647	103.224	8,3	9,3	5,7	7,8
Transporte Aquaviário	6.116	9.937	12.835	14.923	62,5	29,2	16,3	34,6
Transporte Aéreo	2.461	2.689	2.214	2.014	9,3	-17,7	-9,0	-6,5
Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes, Correios e Outras Atividades de Entrega	14.874	18.735	27.502	35.121	26,0	46,8	27,7	33,2

Fonte: Banco Central do Brasil

No setor de Transporte, Armazenagem e Correio, muito embora a ordenação segundo a importância relativa das divisões quanto ao saldo de crédito não tenha se alterado, nota-se que Transporte Terrestre, principal divisão deste setor, com mais de 66% de participação, apresentou, em 2014, crescimento abaixo da média do período, com crescimento real negativo (tabela 16).

Tabela 17 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Transporte, Armazenagem e Correio – Inadimplência (Dez.)^{1/}

(%)

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez 2014
Total do setor	1,9	2,1	1,6	1,6
Transporte Terrestre	2,2	2,6	2,0	2,2
Transporte Aquaviário	0,6	0,2	1,2	0,1
Transporte Aéreo	0,3	0,8	0,3	0,3
Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes, Correios e Outras Atividades de Entrega	1,0	1,1	0,7	0,7

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

No que diz respeito à inadimplência (tabela 17), a divisão de Transporte Terrestre apresentou níveis levemente superiores aos das demais divisões, porém próximos aos do total das pessoas jurídicas.

Tabela 18 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Outros Serviços – Saldos

R\$ milhões

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	média
Total do setor	152.145	185.123	204.788	246.247	21,7	10,6	20,2	17,4
Alojamento e Alimentação	10.137	13.149	14.007	15.523	29,7	6,5	10,8	15,3
Informação e Comunicação, Exceto Telecomunicações	9.481	10.461	9.436	7.886	10,3	-9,8	-16,4	-6,0
Telecomunicações	20.086	23.218	22.036	24.503	15,6	-5,1	11,2	6,8
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	29.305	38.632	43.325	53.385	31,8	12,1	23,2	22,1
Atividades Imobiliárias, Profissionais, Científicas, Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares	57.554	68.539	82.858	91.301	19,1	20,9	10,2	16,6
Educação	6.558	7.737	8.236	8.824	18,0	6,5	7,1	10,4
Saúde Humana e Serviços Sociais	12.074	14.664	15.631	17.150	21,5	6,6	9,7	12,4
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	2.573	3.627	4.488	4.479	40,9	23,7	-0,2	20,3
Atividades de Serviços não Mencionadas	4.376	5.096	4.771	23.196	16,5	-6,4	386,2	74,4

Fonte: Banco Central do Brasil

Os componentes mais representativos no setor de Outros Serviços (tabela 18) foram, em ordem decrescente, a divisão de Atividades Imobiliárias, Profissionais, Científicas, Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares, a de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados e a de Telecomunicações, que responderam conjuntamente por cerca de 70% do saldo do setor no período analisado⁷.

O nível de inadimplência desse setor apresenta variações maiores (tabela 19), que podem estar associadas a mudanças de composição dos tomadores ou ao simples fato de que o estoque de inadimplentes foi diluído em bases maiores.

7 O aumento de 386,2% no saldo de crédito das Atividades de Serviços não Mencionadas em 2014 foi decorrente do empréstimo obtido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que está classificada na atividade de “Organizações Associativas Patronais e Empresariais”.

Tabela 19 – Crédito a pessoas jurídicas por divisão do setor de Indústrias de Outros Serviços – Inadimplência (Dezembro)^{1/}

Discriminação	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total do setor	2,4	2,5	2,3	2,1
Alojamento e Alimentação	6,0	5,3	5,2	5,5
Informação e Comunicação, Exceto Telecomunicações	3,0	2,8	2,5	2,8
Telecomunicações	0,2	0,1	0,1	0,1
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0,5	1,2	1,0	1,0
Atividades Imobiliárias, Profissionais, Científicas, Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares	3,1	3,2	3,0	2,8
Educação	2,7	2,4	2,0	2,4
Saúde Humana e Serviços Sociais	1,8	1,1	0,9	1,7
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	3,2	2,9	2,1	2,9
Atividades de Serviços não Mencionadas	8,7	8,6	8,0	1,7

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Operações de crédito para pessoa física

O saldo das operações de crédito para pessoas físicas no Brasil variou, em média, 15,3% no período entre 2011 e 2014. Contudo, o ritmo de crescimento apresentou desaceleração gradativa.

A mesma observação pode ser aplicada às regiões Nordeste, Norte e Sudeste. No Centro-Oeste e no Sul, o pico do crescimento do saldo das operações de crédito ocorreu em 2013, como pode ser observado na tabela 20. Avaliando o comportamento dos estados participantes de cada região (tabela E do anexo e figura 1), nota-se que, excetuando-se a região Norte, as unidades da federação de uma mesma região geográfica apresentam o mesmo padrão observado em seu conjunto.

Tabela 20 – Saldo das operações de crédito para pessoa física

R\$ milhões

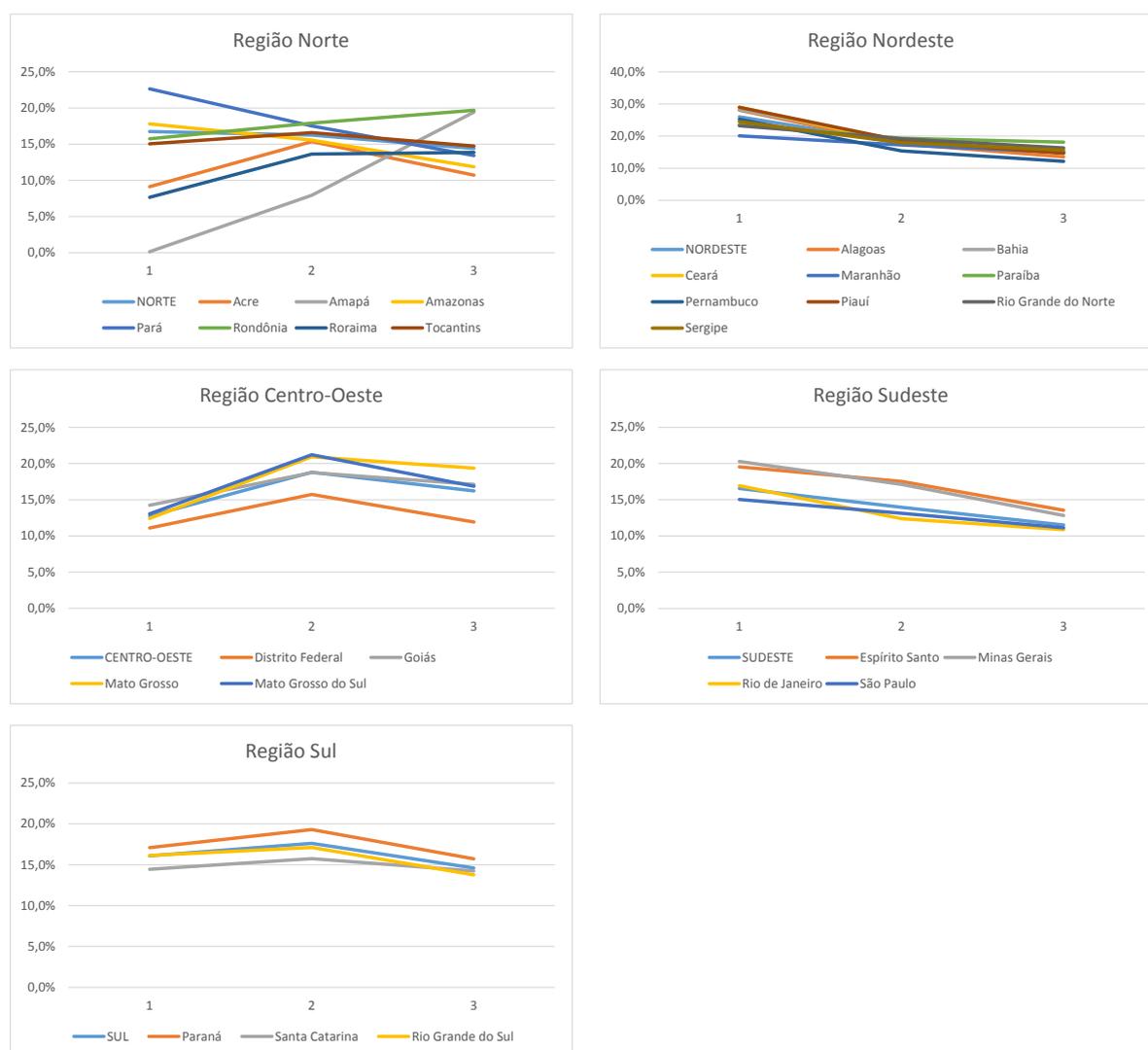
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
TOTAL Brasil	920.270	1.074.140	1.245.847	1.411.759	16,7%	16,0%	13,3%	15,3%
Norte	42.881	50.061	58.197	66.583	16,7%	16,3%	14,4%	15,8%
Nordeste	127.154	160.231	188.761	216.668	26,0%	17,8%	14,8%	19,4%
Centro-Oeste	111.998	126.306	150.040	174.371	12,8%	18,8%	16,2%	15,9%
Sudeste	449.832	524.303	597.465	666.281	16,6%	14,0%	11,5%	14,0%
Sul	181.660	210.878	248.011	284.229	16,1%	17,6%	14,6%	16,1%
Não identificado	6.745	2.361	3.373	3.627	-65,0%	42,8%	7,5%	-18,7%

Participação no saldo total

Norte	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%
Nordeste	13,8%	14,9%	15,2%	15,3%
Centro-Oeste	12,2%	11,8%	12,0%	12,4%
Sudeste	48,9%	48,8%	48,0%	47,2%
Sul	19,7%	19,6%	19,9%	20,1%
Não identificados	0,7%	0,2%	0,3%	0,3%

Fonte: Banco Central do Brasil

Figura 1 – Saldo das operações de crédito para pessoa física por região



Os estados que tiveram maior variação de saldo são todos da região Nordeste: Ceará (20,6%) e Piauí (20,6%), seguidos por Bahia (20,4%), Paraíba (20,3%), Alagoas (19,6%), Rio Grande do Norte (19,5%) e Sergipe (19,3%). Tal crescimento decorre, em grande parte, de operações dos governos estaduais e de empresas do setor de energia. Dessa forma, a região Nordeste apresentou o maior crescimento médio do saldo de operações de crédito (19,4%), enquanto a região Sudeste teve a menor variação média (14%).

Em relação à participação das regiões no saldo total das operações de crédito, o Norte manteve-se com 4,7%. A participação do Nordeste, no decorrer dos anos, foi aumentando, em contraposição ao que ocorreu com o saldo da região Sudeste.

Ao confrontar a participação das regiões com a respectiva participação no PIB em 2012 (Tabela 21), observa-se que o Norte e o Sudeste apresentam participações maiores no PIB do que no saldo total das operações de crédito para pessoa física, motivo pelo qual são as duas regiões com as menores relações crédito/PIB.

Tabela 21 – Participação no PIB, no saldo total e relação crédito / PIB por região em 2012

	Crédito	PIB	Crédito / PIB
Total Brasil	100,0%	100,0%	24,5%
Norte	4,7%	5,3%	21,6%
Nordeste	14,9%	13,5%	26,9%
Centro-Oeste	11,8%	9,8%	29,3%
Sudeste	48,8%	55,2%	21,6%
Sul	19,6%	16,2%	29,7%
Não identificados	0,2%		

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

A Tabela F do anexo mostra a participação relativa dos estados na respectiva região sobre os saldos de operações de crédito para pessoa física. Destaca-se a maior participação do estado de São Paulo na região Sudeste (57,7%, em 2014), mas que tem decrescido nos últimos três anos com o aumento da participação de Minas Gerais (20,7%, em 2014).

Em relação à inadimplência, a tabela G do anexo aponta que ocorreu queda acentuada de 2011 para 2014. Em geral, os valores de inadimplência são relacionados com a renda *per capita* dos estados, com os valores máximos de inadimplência se encontrando na região Norte, Amapá, em 2011 (8,4%) e 2012 (7,3%), e Amazonas, em 2013 (6,1%) e 2014 (5,5%). Comparando-se as regiões, a região Sul, com 2,7%, e a região Centro-Oeste, com inadimplência de 3%, são as que se encontram abaixo da média nacional.

O indicador para o comprometimento de renda dos tomadores de crédito⁸ (tabela H do anexo) aponta para uma queda no período analisado. Destaca-se

8 O comprometimento de renda dos tomadores de crédito considera apenas a renda das pessoas físicas que possuem endividamento no SFN. Trata-se de métrica distinta do comprometimento de renda das famílias, divulgado no Sistema Gerenciador de Séries Temporais – Série 19.881, que computa a renda de toda a população, conforme metodologia utilizada internacionalmente. Para mais detalhes sobre o comprometimento de renda dos tomadores de crédito no SFN, ver seção “Conceitos e metodologias”, item d do Anexo do Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2014 (veja [aqui](#)). Em virtude da informação sobre a renda das pessoas físicas tomadoras de crédito estar disponível apenas a partir de março de 2012, esse indicador de comprometimento somente pode ser calculado a partir dessa data.

que o Distrito Federal apresenta níveis maiores de comprometimento (27,1%, em 2012, 26,6%, em 2013, e 26,3%, em 2014). No entanto, nota-se que, apesar desse comprometimento, a inadimplência é relativamente baixa quando comparada a de outros estados (3%, em 2014), como o Amapá, em que se verifica comprometimento elevado (26,9%, em 2012, 26,1%, em 2013, e 25,8%, em 2014), acompanhado de maior nível de inadimplência (7,3% em 2012 e 4,6% em 2014). Tal comportamento pode, em parte, ser atribuído ao fato de o Distrito Federal possuir a maior renda *per capita* do país (R\$2.055), muito superior à de São Paulo (R\$1.432), segunda maior renda do país, em contraposição ao Amapá (R\$753).

Gênero

A participação do gênero feminino nos saldos de crédito na carteira ativa de pessoas físicas aumentou de 34,2%, em 2011, para 35,9%, em 2012, e manteve-se estável, em 2013 e 2014 (tabela 22). Tal evolução tem por motivação o crescimento em 2012 de quase 9 p.p. a mais desse gênero em relação ao masculino (13,5% ante 22,3% em 2012), seguido de crescimento similar nos anos seguintes em ambos os sexos.

Tabela 22 – Evolução do saldo do crédito para pessoas físicas por gênero

Gênero	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	R\$ milhões			
					Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
Total	920.270	1.074.140	1.245.847	1.411.759	16,7	16,0	13,3	15,3
Masculino	605.038	686.774	796.802	901.981	13,5	16,0	13,2	14,2
Feminino	314.968	385.197	445.899	506.424	22,3	15,8	13,6	17,2
Não identificado	263	2.169	3.146	3.354	724,7	45,0	6,6	258,8
Participação no saldo %:								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0				
Masculino	65,7	63,9	64,0	63,9				
Feminino	34,2	35,9	35,8	35,9				
Não identificado	0,0	0,2	0,3	0,2				

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 23 – Comprometimento de renda por gênero

Gênero	Comprometimento de renda (%)		
	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Feminino	23,2	23,0	22,8
Masculino	23,5	23,2	23,2

Fonte: Banco Central do Brasil

O comprometimento de renda em ambos os gêneros vem apresentando tendência de queda ao longo do período, apesar de o comprometimento para o gênero masculino ser mais alto e seguir estável desde 2013 (tabela 23).

Tabela 24 – Inadimplência de pessoas físicas por gênero

Gênero	(%)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total	5,2	5,1	4,1	3,7
Masculino	5,3	5,2	4,0	3,6
Feminino	5,0	5,0	4,1	3,7
Não identificado	5,5	0,8	0,4	0,5

Fonte: Banco Central do Brasil

A inadimplência do gênero feminino apresenta mudança de comportamento, quando comparada com a do masculino, sendo menor em 2011 e 2012, passando a ser superior ao observado para o sexo masculino, contudo, em níveis bastante próximos. Tal comportamento, provavelmente deve estar associado ao crescimento da participação do saldo de crédito das mulheres, a partir de 2012.

Faixa etária

As tabelas 25 e 26 apresentam dados do saldo devedor para pessoas físicas e das respectivas taxas de inadimplência para o período de 2011 a 2014, de acordo com a faixa etária do tomador.

Tabela 25 – Evolução do saldo de crédito para pessoas físicas por faixa etária

Faixa etária	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	R\$ milhões			
					Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
Total	920.270	1.074.140	1.245.847	1.411.759	16,7	16,0	13,3	15,3
Vinte e quatro anos ou menos	34.109	37.629	39.439	41.662	10,3	4,8	5,6	6,9
De vinte e cinco a trinta e nove anos	324.259	375.933	438.809	496.152	15,9	16,7	13,1	15,2
De quarenta a cinquenta e nove anos	413.214	476.332	550.932	623.661	15,3	15,7	13,2	14,7
Sessenta anos ou mais	148.689	184.246	216.667	250.283	23,9	17,6	15,5	19,0
Participação do saldo %:								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0				
Vinte e quatro anos ou menos	3,7	3,5	3,2	3,0				
De vinte e cinco a trinta e nove anos	35,2	35,0	35,2	35,1				
De quarenta a cinquenta e nove anos	44,9	44,3	44,2	44,2				
Sessenta anos ou mais	16,2	17,2	17,4	17,7				

Fonte: Banco Central do Brasil

Observa-se crescimento do saldo de crédito, durante esse período, para todas as faixas etárias consideradas – crescimento no saldo total de 53%, de 2011 a 2014. Em termos de distribuição do saldo de crédito, de forma geral, a faixa de quarenta a cinquenta e nove anos apresenta a maior participação, em torno de 44%. A faixa de sessenta anos ou mais, apesar de corresponder a apenas 6,5% da população economicamente ativa e 11% da população total, tem apresentado participação crescente, passando de 16,2%, em 2011, para 17,7%, em 2014. Por outro lado, a

faixa de vinte e quatro anos ou menos é a que apresenta a menor participação, com apenas 3% do total de crédito voltado para pessoa física, apesar de corresponderem a aproximadamente 22% da população economicamente ativa.

Nota-se que, aparentemente, há uma migração de participação, ao longo dos anos apresentados, das faixas etárias menores para a faixa etária maior. Essa migração estaria de acordo com o comportamento dos credores no período, que procuraram reduzir as taxas de inadimplência apresentadas em 2011 por meio da melhora do perfil de risco de suas carteiras, concedendo relativamente mais créditos aos tomadores de faixas etárias maiores, que, em geral, apresentam rendas maiores e mais estáveis. O aumento relativo dos empréstimos na modalidade crédito pessoal consignado no período também explica parte dessa migração entre faixas, visto que grande parte dessas operações destina-se a tomadores aposentados e pensionistas pertencentes à faixa etária de sessenta anos ou mais.

Tabela 26 – Evolução da taxa de inadimplência por faixa etária

Faixa etária	%			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
Total	5,2	5,1	4,1	3,7
Vinte e quatro anos ou menos	10,0	10,8	8,1	7,6
De vinte e cinco a trinta e nove anos	6,0	5,9	4,6	4,1
De quarenta a cinquenta e nove anos	4,7	4,5	3,7	3,3
Sessenta anos ou mais	3,9	3,8	3,3	3,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Alinhada a essa análise de melhora no perfil de risco no período em questão, observa-se, na tabela 26, tendência de redução da taxa de inadimplência ao longo do período em todas as faixas etárias. Conforme esperado, à medida que a faixa de idade aumenta, a taxa de inadimplência diminui.

Considerações finais

Em suma, em relação à distribuição geográfica, verificou-se que o estado de São Paulo, tanto em termos do crédito para pessoa jurídica como física, foi o que apresentou a maior participação relativa entre as UFs. Por outro lado, o estado do Rio de Janeiro teve o maior valor médio de empréstimo por cliente pessoa jurídica, ao passo que os estados da região Nordeste obtiveram as maiores taxas de crescimento do crédito para pessoa física. Ressalte-se, ainda, que o Distrito Federal foi a unidade de federação que apresentou a menor taxa de inadimplência, apesar de possuir os maiores níveis de comprometimento de renda.

Mais especificamente em relação ao crédito para pessoa jurídica, a análise por tempo de fundação evidenciou que os grupos que compreendem as empresas com mais tempo de fundação têm apresentado maiores taxas de crescimento, em parte justificada pelas menores taxas de inadimplência. Mesmo comportamento pode ser visto na análise por porte, na qual as empresas com 500 ou mais funcionários, que apresentam as menores taxas de inadimplência, ainda não apontaram desaceleração

significativa no ritmo de evolução do saldo, apesar de o agregado total, no período de 2011 a 2014, ter apresentado redução sistemática do ritmo de crescimento. Em termos do setor de atividade, o das Indústrias de Transformação foi o que apresentou o maior montante de crédito, seguido do Comércio, o qual, no último ano, apresentou retração real e o maior nível de inadimplência, entre todos os setores.

Em relação ao crédito para pessoa física, a análise por faixa etária, identificou que a faixa de sessenta anos ou mais, apesar de corresponder a uma fração menor da população economicamente ativa, tem apresentado participação crescente no mercado de crédito. Em termos de inadimplência, conforme esperado, à medida que a faixa de idade aumenta, a taxa de inadimplência diminui.

Anexo

Tabela A – Saldo das operações de crédito para pessoa jurídica

R\$ milhões

	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			Média
					2012	2013	2014	
TOTAL Brasil	1.113.683	1.294.198	1.465.523	1.605.698	16,2%	13,2%	9,6%	13,0%
NORTE	35.355	43.787	48.111	48.438	23,8%	9,9%	0,7%	11,1%
Acre	1.748	2.675	2.916	3.143	53,1%	9,0%	7,8%	21,6%
Amapá	992	1.609	2.314	3.081	62,1%	43,8%	33,2%	45,9%
Amazonas	11.660	14.252	14.137	12.720	22,2%	-0,8%	-10,0%	2,9%
Pará	13.083	15.329	16.986	17.479	17,2%	10,8%	2,9%	10,1%
Rondônia	3.330	3.526	4.289	4.691	5,9%	21,6%	9,4%	12,1%
Roraima	1.588	2.330	2.689	1.946	46,7%	15,4%	-27,7%	7,0%
Tocantins	2.955	4.066	4.780	5.378	37,6%	17,5%	12,5%	22,1%
NORDESTE	129.191	149.753	174.680	174.566	15,9%	16,6%	-0,1%	10,6%
Alagoas	5.206	6.012	6.699	6.850	15,5%	11,4%	2,3%	9,6%
Bahia	38.869	45.980	54.565	55.510	18,3%	18,7%	1,7%	12,6%
Ceará	19.738	22.245	24.889	28.916	12,7%	11,9%	16,2%	13,6%
Maranhão	8.694	10.445	12.570	13.396	20,1%	20,3%	6,6%	15,5%
Paraíba	4.932	5.692	6.752	7.926	15,4%	18,6%	17,4%	17,1%
Pernambuco	36.466	40.699	46.558	36.671	11,6%	14,4%	-21,2%	0,2%
Piauí	3.958	4.641	5.686	6.665	17,2%	22,5%	17,2%	19,0%
Rio Grande do Norte	6.670	8.481	10.643	11.622	27,1%	25,5%	9,2%	20,3%
Sergipe	4.658	5.559	6.318	7.010	19,3%	13,7%	11,0%	14,6%
CENTRO-OESTE	73.778	92.410	112.231	136.591	25,3%	21,4%	21,7%	22,8%
Distrito Federal	17.034	21.413	33.690	49.232	25,7%	57,3%	46,1%	42,4%
Goiás	25.920	31.936	36.557	41.892	23,2%	14,5%	14,6%	17,4%
Mato Grosso	20.162	23.659	27.123	29.951	17,3%	14,6%	10,4%	14,1%
Mato Grosso do Sul	10.662	15.402	14.862	15.517	44,5%	-3,5%	4,4%	13,3%
SUDESTE	667.712	767.165	862.757	959.333	14,9%	12,5%	11,2%	12,8%
Espírito Santo	17.477	19.668	21.948	23.692	12,5%	11,6%	7,9%	10,7%
Minas Gerais	96.887	114.622	128.930	138.705	18,3%	12,5%	7,6%	12,7%
Rio de Janeiro	159.579	194.147	226.357	268.135	21,7%	16,6%	18,5%	18,9%
São Paulo	393.769	438.727	485.523	528.801	11,4%	10,7%	8,9%	10,3%
SUL	185.526	214.727	243.640	258.891	15,7%	13,5%	6,3%	11,7%
Paraná	67.806	80.709	92.388	99.321	19,0%	14,5%	7,5%	13,6%
Santa Catarina	62.679	72.816	81.072	84.667	16,2%	11,3%	4,4%	10,5%
Rio Grande do Sul	55.042	61.202	70.180	74.903	11,2%	14,7%	6,7%	10,8%
Não identificado	22.120	26.356	24.104	27.878	19,1%	-8,5%	15,7%	8,0%
Participação no saldo total								
Norte	3,2%	3,4%	3,3%	3,0%				
Nordeste	11,6%	11,6%	11,9%	10,9%				
Centro-Oeste	6,6%	7,1%	7,7%	8,5%				
Sudeste	60,0%	59,3%	58,9%	59,7%				
Sul	16,7%	16,6%	16,6%	16,1%				
Não identificados	2,0%	2,0%	1,6%	1,7%				

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela B – Número de clientes das operações de crédito para pessoa jurídica

	2011	2012	2013	2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
TOTAL Brasil	2.536.584	3.410.339	3.635.976	3.775.449	34,4%	6,6%	3,8%	14,2%
NORTE	114.466	155.490	165.901	176.106	35,8%	6,7%	6,2%	15,4%
Acre	5.817	8.090	8.766	9.289	39,1%	8,4%	6,0%	16,9%
Amapá	5.859	8.145	8.398	8.895	39,0%	3,1%	5,9%	14,9%
Amazonas	26.825	34.630	36.777	38.975	29,1%	6,2%	6,0%	13,3%
Pará	39.986	55.430	59.046	63.161	38,6%	6,5%	7,0%	16,5%
Rondônia	17.916	24.116	25.970	27.330	34,6%	7,7%	5,2%	15,1%
Roraima	3.827	5.253	5.863	6.372	37,3%	11,6%	8,7%	18,5%
Tocantins	14.236	19.826	21.081	22.084	39,3%	6,3%	4,8%	15,8%
NORDESTE	375.984	531.665	566.977	595.710	41,4%	6,6%	5,1%	16,6%
Alagoas	16.914	25.289	27.557	29.368	49,5%	9,0%	6,6%	20,2%
Bahia	125.771	178.402	188.860	197.359	41,8%	5,9%	4,5%	16,2%
Ceará	57.333	81.225	86.763	91.070	41,7%	6,8%	5,0%	16,7%
Maranhão	35.704	48.943	52.722	56.103	37,1%	7,7%	6,4%	16,3%
Paraíba	21.223	30.566	33.203	34.887	44,0%	8,6%	5,1%	18,0%
Pernambuco	64.642	89.581	95.771	100.648	38,6%	6,9%	5,1%	15,9%
Piauí	16.342	23.199	25.189	27.005	42,0%	8,6%	7,2%	18,2%
Rio Grande do Norte	25.448	36.904	37.916	39.207	45,0%	2,7%	3,4%	15,5%
Sergipe	12.607	17.556	18.996	20.063	39,3%	8,2%	5,6%	16,8%
CENTRO-OESTE	222.154	297.261	317.448	332.844	33,8%	6,8%	4,8%	14,4%
Distrito Federal	45.573	58.990	62.266	64.676	29,4%	5,6%	3,9%	12,4%
Goiás	87.563	119.488	127.837	134.318	36,5%	7,0%	5,1%	15,3%
Mato Grosso	52.243	68.718	73.248	77.400	31,5%	6,6%	5,7%	14,0%
Mato Grosso do Sul	36.775	50.065	54.097	56.450	36,1%	8,1%	4,3%	15,4%
SUDESTE	1.291.894	1.709.062	1.816.878	1.869.992	32,3%	6,3%	2,9%	13,1%
Espírito Santo	45.381	61.642	68.281	71.266	35,8%	10,8%	4,4%	16,2%
Minas Gerais	251.157	343.277	372.331	390.885	36,7%	8,5%	5,0%	15,9%
Rio de Janeiro	194.385	258.326	273.388	281.431	32,9%	5,8%	2,9%	13,1%
São Paulo	800.971	1.045.817	1.102.878	1.126.410	30,6%	5,5%	2,1%	12,0%
SUL	531.595	716.259	768.021	800.013	34,7%	7,2%	4,2%	14,6%
Paraná	194.879	263.861	283.386	296.121	35,4%	7,4%	4,5%	15,0%
Santa Catarina	134.401	171.863	185.613	193.839	27,9%	8,0%	4,4%	13,0%
Rio Grande do Sul	202.315	280.535	299.022	310.053	38,7%	6,6%	3,7%	15,3%
Não identificado	491	602	751	784	22,6%	24,8%	4,4%	16,9%

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela C – Inadimplência relativa às operações de crédito para pessoa jurídica

(%)

	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
TOTAL Brasil	1,9%	2,1%	1,8%	1,8%
NORTE	2,5%	2,9%	3,0%	2,4%
Acre	1,8%	1,4%	1,4%	1,4%
Amapá	4,4%	2,7%	2,2%	2,0%
Amazonas	1,8%	1,7%	4,3%	2,3%
Pará	2,4%	3,8%	2,8%	3,0%
Rondônia	4,5%	4,7%	2,8%	2,2%
Roraima	1,3%	1,2%	0,8%	1,6%
Tocantins	3,4%	3,8%	2,3%	2,3%
NORDESTE	2,1%	2,3%	2,2%	2,3%
Alagoas	2,0%	2,6%	3,7%	3,5%
Bahia	2,5%	2,6%	2,2%	2,0%
Ceará	2,3%	2,8%	2,5%	2,1%
Maranhão	2,8%	2,7%	2,5%	2,6%
Paraíba	2,1%	3,6%	3,3%	2,6%
Pernambuco	1,4%	1,4%	1,5%	2,4%
Piauí	2,5%	2,4%	2,4%	2,1%
Rio Grande do Norte	2,4%	3,0%	1,9%	2,9%
Sergipe	1,8%	2,2%	2,8%	2,2%
CENTRO-OESTE	2,3%	2,3%	1,8%	1,9%
Distrito Federal	2,6%	2,1%	1,4%	1,3%
Goiás	2,3%	2,9%	2,1%	2,3%
Mato Grosso	2,3%	2,3%	1,8%	1,8%
Mato Grosso do Sul	1,6%	1,6%	2,0%	2,6%
SUDESTE	1,8%	2,0%	1,7%	1,7%
Espírito Santo	2,2%	1,8%	1,9%	2,6%
Minas Gerais	2,0%	2,2%	2,2%	2,1%
Rio de Janeiro	1,0%	1,1%	0,9%	1,1%
São Paulo	2,1%	2,4%	1,9%	1,8%
SUL	2,1%	2,4%	1,9%	2,1%
Paraná	2,3%	2,5%	2,0%	1,9%
Santa Catarina	2,0%	2,1%	1,6%	1,7%
Rio Grande do Sul	2,0%	2,5%	2,2%	2,6%
Não identificado	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela D – Crédito a pessoas jurídicas por setor de atividade – Inadimplência^{1/}

Discriminação	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (p.p)		
					2012	2013	2014
Total	2,0	2,2	1,8	1,9	0,2	-0,4	0,1
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2,1	3,0	2,2	2,8	0,9	-0,8	0,6
Indústrias Extrativas	0,3	0,2	0,3	0,8	-0,1	0,0	0,6
Indústrias de Transformação	1,5	1,9	1,5	1,8	0,4	-0,3	0,3
Construção	2,1	2,7	2,3	2,5	0,5	-0,4	0,2
SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,2	0,4	0,1	0,1	0,2	-0,3	0,0
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4,0	4,0	3,2	3,5	0,0	-0,8	0,3
Transporte, Armazenagem e Correio	1,9	2,1	1,6	1,6	0,2	-0,4	0,0
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Outros Serviços	2,4	2,5	2,3	2,1	0,0	-0,2	-0,2
Pessoas Jurídicas com Sede no Exterior ou com Atividades não Classificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Percentual da carteira com atraso superior a noventa dias.

Tabela E – Saldo das operações de crédito para pessoa física

R\$ milhões

	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014	Variação (%)			
					2012	2013	2014	Média
TOTAL Brasil	920.270	1.074.140	1.245.847	1.411.759	16,7%	16,0%	13,3%	15,3%
NORTE	42.881	50.061	58.197	66.583	16,7%	16,3%	14,4%	15,8%
Acre	2.491	2.718	3.136	3.472	9,1%	15,4%	10,7%	11,7%
Amapá	2.856	2.859	3.086	3.686	0,1%	7,9%	19,4%	8,9%
Amazonas	8.271	9.744	11.259	12.595	17,8%	15,6%	11,9%	15,1%
Pará	15.414	18.903	22.216	25.198	22,6%	17,5%	13,4%	17,8%
Rondônia	6.315	7.309	8.618	10.315	15,7%	17,9%	19,7%	17,8%
Roraima	1.907	2.053	2.333	2.656	7,7%	13,6%	13,9%	11,7%
Tocantins	5.628	6.474	7.549	8.661	15,0%	16,6%	14,7%	15,5%
NORDESTE	127.154	160.231	188.761	216.668	26,0%	17,8%	14,8%	19,4%
Alagoas	7.783	9.966	11.716	13.302	28,0%	17,6%	13,5%	19,6%
Bahia	33.975	43.558	51.644	59.352	28,2%	18,6%	14,9%	20,4%
Ceará	17.347	22.383	26.397	30.400	29,0%	17,9%	15,2%	20,6%
Maranhão	13.648	16.391	19.220	22.088	20,1%	17,3%	14,9%	17,4%
Paraíba	10.030	12.393	14.786	17.462	23,6%	19,3%	18,1%	20,3%
Pernambuco	21.720	27.201	31.376	35.179	25,2%	15,3%	12,1%	17,4%
Piauí	6.094	7.857	9.316	10.680	28,9%	18,6%	14,6%	20,6%
Rio Grande do Norte	9.988	12.305	14.663	17.057	23,2%	19,2%	16,3%	19,5%
Sergipe	6.570	8.177	9.643	11.149	24,5%	17,9%	15,6%	19,3%
CENTRO-OESTE	111.998	126.306	150.040	174.371	12,8%	18,8%	16,2%	15,9%
Distrito Federal	31.046	34.491	39.915	44.674	11,1%	15,7%	11,9%	12,9%
Goiás	38.778	44.296	52.598	61.603	14,2%	18,7%	17,1%	16,7%
Mato Grosso	25.406	28.561	34.544	41.232	12,4%	20,9%	19,4%	17,5%
Mato Grosso do Sul	16.768	18.957	22.982	26.862	13,1%	21,2%	16,9%	17,0%
SUDESTE	449.832	524.303	597.465	666.281	16,6%	14,0%	11,5%	14,0%
Espírito Santo	16.331	19.522	22.946	26.056	19,5%	17,5%	13,6%	16,9%
Minas Gerais	86.967	104.619	122.537	138.248	20,3%	17,1%	12,8%	16,7%
Rio de Janeiro	80.849	94.547	106.258	117.817	16,9%	12,4%	10,9%	13,4%
São Paulo	265.686	305.615	345.725	384.160	15,0%	13,1%	11,1%	13,1%
SUL	181.660	210.878	248.011	284.229	16,1%	17,6%	14,6%	16,1%
Paraná	66.759	78.161	93.254	107.907	17,1%	19,3%	15,7%	17,4%
Santa Catarina	42.994	49.203	56.953	65.062	14,4%	15,8%	14,2%	14,8%
Rio Grande do Sul	71.907	83.514	97.803	111.261	16,1%	17,1%	13,8%	15,7%
Não identificado	6.745	2.361	3.373	3.627	-65,0%	42,8%	7,5%	-18,7%
Participação no saldo total								
Norte	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%				
Nordeste	13,8%	14,9%	15,2%	15,3%				
Centro-Oeste	12,2%	11,8%	12,0%	12,4%				
Sudeste	48,9%	48,8%	48,0%	47,2%				
Sul	19,7%	19,6%	19,9%	20,1%				
Não identificados	0,7%	0,2%	0,3%	0,3%				

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela F – Participação relativa dos estados na sua região

(%)

	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
NORTE				
Acre	5,8%	5,4%	5,4%	5,2%
Amapá	6,7%	5,7%	5,3%	5,5%
Amazonas	19,3%	19,5%	19,3%	18,9%
Pará	35,9%	37,8%	38,2%	37,8%
Rondônia	14,7%	14,6%	14,8%	15,5%
Roraima	4,4%	4,1%	4,0%	4,0%
Tocantins	13,1%	12,9%	13,0%	13,0%
NORDESTE				
Alagoas	6,1%	6,2%	6,2%	6,1%
Bahia	26,7%	27,2%	27,4%	27,4%
Ceará	13,6%	14,0%	14,0%	14,0%
Maranhão	10,7%	10,2%	10,2%	10,2%
Paraíba	7,9%	7,7%	7,8%	8,1%
Pernambuco	17,1%	17,0%	16,6%	16,2%
Piauí	4,8%	4,9%	4,9%	4,9%
Rio Grande do Norte	7,9%	7,7%	7,8%	7,9%
Sergipe	5,2%	5,1%	5,1%	5,1%
CENTRO-OESTE				
Distrito Federal	27,7%	27,3%	26,6%	25,6%
Goiás	34,6%	35,1%	35,1%	35,3%
Mato Grosso	22,7%	22,6%	23,0%	23,6%
Mato Grosso do Sul	15,0%	15,0%	15,3%	15,4%
SUDESTE				
Espírito Santo	3,6%	3,7%	3,8%	3,9%
Minas Gerais	19,3%	20,0%	20,5%	20,7%
Rio de Janeiro	18,0%	18,0%	17,8%	17,7%
São Paulo	59,1%	58,3%	57,9%	57,7%
SUL				
Paraná	36,7%	37,1%	37,6%	38,0%
Santa Catarina	23,7%	23,3%	23,0%	22,9%
Rio Grande do Sul	39,6%	39,6%	39,4%	39,1%

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela G – Inadimplência relativa às operações de crédito para pessoa física

(%)

	Dez. 2011	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
TOTAL Brasil	5,2%	5,1%	4,1%	3,7%
NORTE	6,4%	5,9%	5,4%	4,6%
Acre	6,7%	5,6%	5,2%	4,3%
Amapá	8,4%	7,3%	5,8%	4,6%
Amazonas	6,8%	6,4%	6,1%	5,5%
Pará	6,1%	5,8%	5,8%	4,9%
Rondônia	5,3%	5,1%	4,3%	3,1%
Roraima	8,1%	7,2%	5,5%	4,3%
Tocantins	5,9%	5,5%	4,7%	4,1%
NORDESTE	6,5%	6,2%	5,1%	4,5%
Alagoas	6,1%	6,6%	6,0%	5,0%
Bahia	6,4%	6,0%	5,1%	4,4%
Ceará	6,3%	6,4%	5,0%	4,3%
Maranhão	8,0%	7,2%	5,5%	4,6%
Paraíba	5,9%	6,2%	5,2%	4,3%
Pernambuco	6,7%	6,2%	5,4%	5,0%
Piauí	7,1%	6,2%	5,0%	4,4%
Rio Grande do Norte	6,1%	5,6%	4,3%	3,8%
Sergipe	4,8%	4,9%	4,5%	3,9%
CENTRO-OESTE	5,0%	4,4%	3,3%	3,0%
Distrito Federal	5,3%	4,4%	3,3%	3,0%
Goiás	5,6%	5,3%	3,8%	3,4%
Mato Grosso	4,2%	3,6%	2,7%	2,5%
Mato Grosso do Sul	4,0%	3,8%	2,9%	2,9%
SUDESTE	5,2%	5,3%	4,2%	3,9%
Espírito Santo	4,8%	4,4%	3,7%	3,3%
Minas Gerais	4,7%	4,7%	3,8%	3,6%
Rio de Janeiro	6,5%	6,4%	5,2%	4,8%
São Paulo	5,1%	5,3%	4,1%	3,8%
SUL	4,3%	4,0%	3,0%	2,7%
Paraná	4,4%	4,1%	3,1%	2,7%
Santa Catarina	4,6%	4,2%	3,3%	2,7%
Rio Grande do Sul	3,9%	3,7%	2,9%	2,7%
Não identificado	4,2%	1,2%	0,8%	0,8%

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela H – Comprometimento de renda dos tomadores de crédito

(%)

	Dez. 2012	Dez. 2013	Dez. 2014
TOTAL Brasil	23,4%	23,1%	23,0%
NORTE			
Acre	24,1%	23,5%	21,5%
Amapá	26,9%	26,1%	25,8%
Amazonas	25,1%	25,0%	25,5%
Pará	23,7%	23,4%	23,1%
Rondônia	24,0%	23,5%	22,5%
Roraima	25,6%	24,6%	23,3%
Tocantins	23,6%	23,6%	22,3%
NORDESTE			
Alagoas	23,7%	23,9%	23,2%
Bahia	21,7%	22,0%	21,6%
Ceará	22,9%	23,4%	23,2%
Maranhão	24,3%	24,1%	23,8%
Paraíba	23,9%	23,6%	23,6%
Pernambuco	22,3%	22,5%	22,3%
Piauí	22,2%	22,8%	21,4%
Rio Grande do Norte	23,3%	23,6%	23,4%
Sergipe	25,6%	25,0%	25,0%
CENTRO-OESTE			
Distrito Federal	27,1%	26,6%	26,3%
Goiás	23,9%	23,6%	23,4%
Mato Grosso	24,0%	23,6%	23,5%
Mato Grosso do Sul	24,0%	24,4%	24,4%
SUDESTE			
Espírito Santo	21,2%	20,9%	20,9%
Minas Gerais	23,0%	22,7%	22,4%
Rio de Janeiro	21,9%	21,4%	21,5%
São Paulo	23,9%	23,3%	23,3%
SUL			
Paraná	23,6%	23,3%	23,5%
Santa Catarina	25,1%	25,3%	25,2%
Rio Grande do Sul	22,5%	22,6%	23,1%

Fonte: Banco Central do Brasil

3

Decomposição do *spread* bancário

Nesta seção, apresentam-se estimativas da decomposição do *spread* bancário, incluindo valores para os grupos de bancos públicos, de bancos privados e dos maiores bancos em montante de concessão de crédito. As estimativas foram realizadas com base na metodologia publicada no Relatório de Economia Bancária e Crédito (REBC) de 2008⁹ e estendem-se de 2007 a 2014.

Relativamente à decomposição do *spread* bancário total em proporção percentual do próprio *spread* (tabela 27), observa-se que a participação da componente “margem bruta, erros e omissões” tem representado sistematicamente, desde 2007, percentuais superiores à metade do *spread* bancário, com destaque para os valores obtidos em 2008, 2011 e 2014, quando atingiu 63,6%, 64,8% e 63,2%, respectivamente, sendo que nesses mesmos anos observou-se redução da participação relativa dos custos administrativos, que se entende como sendo, praticamente, um custo fixo para as instituições.

Com relação aos demais itens da decomposição, destaca-se a participação da “inadimplência”, que após forte elevação em 2008 e em 2012, vem sendo reduzida nos dois últimos anos, estabilizando-se em torno de 25%. A somatória de “compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC)”, cujos valores posteriores à crise internacional de 2008 foram menores, apresentou tendência de queda de 2008 a 2011, culminando em 2011 no menor patamar de participação

9 A alteração mais relevante dessa metodologia em relação à anterior consiste na estimação do efeito dos subsídios cruzados causados pelo direcionamento obrigatório de parte dos depósitos à vista e de poupança para aplicação em crédito rural e/ou crédito habitacional. A metodologia atual usa as taxas efetivas de captação de depósito à vista e de poupança, bem como de depósitos a prazo (nesse caso, dadas pelas taxas dos Certificados de Depósitos Bancários – CDBs – para cada banco) como taxa de captação. No que se refere ao impacto dos recolhimentos compulsórios, optou-se pelo uso dos custos efetivos de captação dos depósitos bancários que originam os recolhimentos compulsórios (depósitos a prazo, à vista e/ou de poupança). Essa metodologia incorporou alterações no cálculo do impacto do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e realiza separação dos tributos conforme as respectivas bases de cálculo. A componente relacionada ao custo administrativo continua a ser calculada com base em uma função custo para o setor bancário e a alocação dos custos administrativos para cada produto, por intermédio do algoritmo de Aumann-Shapley. A componente relacionada com a inadimplência manteve a forma de cálculo da metodologia anterior, sendo, portanto, estimada com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e nas respectivas provisões mínimas, conforme parâmetros constantes da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Adicionalmente, ressalta-se que os cálculos realizados no presente capítulo utilizaram os dados segundo as novas metodologias apresentadas em fevereiro de 2015 disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/?ecoimprensa>.

relativa, de alguma forma influenciada pelas medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010 e pela redução dos efeitos dos subsídios cruzados. A diminuição do *spread* bancário liderada pelos bancos públicos em 2012 e a retomada da tendência de elevação da Selic no início de 2013 juntamente com a gradativa recomposição dos níveis de compulsórios, a partir do final de 2011, elevaram a participação desse componente para algo em torno de 3%.

Tabela 27 – Decomposição do *spread* bancário prefixado

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	13,36	8,32	11,31	10,92	9,80	13,52	11,77	9,23
3 – Inadimplência	25,96	24,02	28,75	24,94	24,09	30,06	26,62	24,73
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,82	4,07	4,01	2,98	1,26	3,46	2,49	2,87
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	56,86	63,59	55,93	61,15	64,84	52,97	59,11	63,17
6 - Impostos Diretos	19,34	25,43	22,38	24,46	25,94	21,19	23,64	25,41
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	37,53	38,15	33,56	36,69	38,91	31,77	35,47	37,75

Fonte: Banco Central do Brasil

A decomposição na forma de p.p. apresenta, em outra perspectiva, a evolução nominal dos componentes do *spread*. Na tabela 28, observa-se que os custos administrativos, embora tenham apresentado leve tendência de redução nos últimos dois anos, mostram certa estabilidade em torno de 3 p.p. Após 2012, verifica-se que a componente “margem líquida, erros e omissões” apresentou tendência de elevação, passando de 7,4 p.p. em 2012, para 10,1 p.p., em 2014, mas se mantém próxima à média do período.

Tabela 28 – Decomposição do *spread* bancário prefixado

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	35,19	46,34	35,31	34,74	36,48	29,77	33,36	37,27
B - Taxa de Captação	10,33	12,51	8,17	9,09	10,22	6,64	9,20	10,65
1 - <i>Spread Total</i>	24,86	33,83	27,14	25,65	26,26	23,13	24,16	26,62
2 - Custo Administrativo	3,32	2,82	3,07	2,80	2,57	3,13	2,84	2,46
3 - Inadimplência	6,45	8,13	7,80	6,40	6,33	6,95	6,43	6,58
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,95	1,38	1,09	0,76	0,33	0,80	0,60	0,76
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	14,14	21,51	15,18	15,68	17,03	12,25	14,28	16,81
6 - Impostos Diretos	4,81	8,60	6,07	6,27	6,81	4,90	5,71	6,76
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	9,33	12,91	9,11	9,41	10,22	7,35	8,57	10,05

Fonte: Banco Central do Brasil

Examinando-se a decomposição do *spread* bancário para os bancos públicos (tabela 29), observa-se importante redução dos custos administrativos, que absorveu apenas 10,3% do *spread* bancário, estimado em 2011, em contraste com os dados de 2007, quando representava 18,3%. Em 2012, verifica-se elevação da participação relativa desse componente, contudo, analisando a decomposição apresentada na forma de p.p. (tabela 30), nota-se que tal comportamento, em parte, é decorrente da queda do *spread* ocorrida naquele ano. Em 2013 e 2014, o comportamento descendente pode ser observado tanto em termos de participação relativa quanto em p.p. Ainda em relação à decomposição em termos de p.p., essa mesma tendência de redução nos componentes “inadimplência” e “compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC)” pode ser verificada.

Tabela 29 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos públicos

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	18,33	10,41	12,30	11,53	10,32	16,32	12,66	9,82
3 – Inadimplência	34,31	30,61	30,31	25,34	23,93	30,36	27,39	26,88
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,34	4,06	3,99	2,88	2,85	3,77	3,20	3,26
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	44,01	54,93	53,40	60,25	62,89	49,55	56,75	60,04
6 - Impostos Diretos	14,96	21,97	21,36	24,10	25,16	19,82	22,70	24,24
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	29,05	32,96	32,04	36,15	37,74	29,73	34,05	35,80

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 30 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos públicos

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	31,93	38,56	31,28	33,92	34,64	23,66	23,72	27,19
B - Taxa de Captação	10,03	12,31	8,12	9,07	11,09	6,71	11,24	13,42
1 - <i>Spread Total</i>	21,89	26,25	23,16	24,85	23,55	16,95	12,48	13,77
2 - Custo Administrativo	4,01	2,73	2,85	2,87	2,43	2,77	1,58	1,35
3 - Inadimplência	7,51	8,03	7,02	6,30	5,64	5,15	3,42	3,70
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,73	1,07	0,92	0,71	0,67	0,64	0,40	0,45
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	9,64	14,42	12,37	14,97	14,81	8,40	7,08	8,27
6 - Impostos Diretos	3,28	5,77	4,95	5,99	5,92	3,36	2,83	3,34
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	6,36	8,65	7,42	8,98	8,89	5,04	4,25	4,93

Fonte: Banco Central do Brasil

A decomposição do *spread* bancário para os bancos privados (tabelas 31 e 32), assim como na decomposição para o total dos bancos, apresenta participação

da “margem bruta, erros e omissões” em valores superiores a 50% e em níveis mais elevados do que os observados no caso dos bancos públicos. Outro componente que merece destaque é a “inadimplência”, que, conforme dados das tabelas 30 e 32, mostra níveis menores na decomposição para os bancos públicos em relação aos privados, a partir de 2009, provavelmente decorrente da política dos bancos públicos de maior foco nas modalidades com menor risco (crédito consignado e imobiliário).

Tabela 31 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos privados

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	14,49	8,18	12,36	12,97	10,73	12,59	10,67	8,51
3 – Inadimplência	23,43	21,69	28,61	26,20	27,21	31,33	25,68	22,09
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	4,28	4,14	4,00	3,44	1,34	3,67	1,62	2,39
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	57,79	65,98	55,04	57,39	60,72	52,40	62,03	67,00
6 - Impostos Diretos	19,67	26,43	22,02	23,01	24,29	20,98	24,81	26,85
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	38,12	39,55	33,02	34,38	36,43	31,42	37,22	40,15

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 32 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Bancos privados

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	36,22	49,36	37,06	35,07	37,18	32,93	38,78	43,21
B - Taxa de Captação	10,40	12,57	8,19	9,10	9,94	6,62	9,05	10,44
1 - <i>Spread Total</i>	25,82	36,80	28,87	25,97	27,24	26,32	29,72	32,78
2 - Custo Administrativo	3,74	3,01	3,57	3,37	2,92	3,31	3,17	2,79
3 - Inadimplência	6,05	7,98	8,26	6,80	7,41	8,25	7,63	7,24
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	1,11	1,52	1,15	0,89	0,37	0,97	0,48	0,78
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	14,92	24,28	15,89	14,90	16,54	13,79	18,44	21,96
6 - Impostos Diretos	5,08	9,72	6,36	5,98	6,62	5,52	7,38	8,80
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	9,84	14,55	9,53	8,93	9,92	8,27	11,06	13,16

Fonte: Banco Central do Brasil

Sobre a decomposição do *spread* bancário para os maiores bancos do país (Tabelas 33 e 34), é interessante notar que a componente “inadimplência”, quando os bancos privados apresentavam níveis de inadimplência mais baixos do que os dos bancos públicos, estava próxima à dos bancos privados. No período em que os bancos privados apresentaram inadimplência maior que a dos bancos públicos, o indicador para grandes bancos ficou mais próximo aos valores observados para os bancos públicos.

A “margem bruta, erros e omissões” dos grandes bancos públicos e privados permanece superior à metade do *spread* bancário (65,1%, em 2008, 63,9%, em 2011, e 66,2%, em 2014).

Tabela 33 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Maiores bancos

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	14,32	8,13	11,20	12,44	10,27	14,18	11,60	8,70
3 – Inadimplência	25,75	22,69	27,67	24,70	24,50	30,47	25,97	22,33
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	3,93	4,13	4,02	2,93	1,36	3,66	2,27	2,80
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	56,00	65,05	57,11	59,94	63,86	51,69	60,15	66,18
6 - Impostos Diretos	14,96	21,97	21,36	24,10	25,16	19,82	22,70	24,24
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	41,04	43,08	35,75	35,84	38,71	31,87	37,45	41,94

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 34 – Decomposição do *spread* bancário prefixado - Maiores bancos

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	35,19	46,34	35,31	34,74	36,48	29,77	33,36	37,27
B - Taxa de Captação	10,33	12,51	8,17	9,09	10,22	6,64	9,20	10,65
1 - <i>Spread Total</i>	24,86	33,83	27,14	25,65	26,26	23,13	24,16	26,62
2 - Custo Administrativo	3,56	2,75	3,04	3,19	2,70	3,28	2,80	2,31
3 - Inadimplência	6,40	7,68	7,51	6,33	6,43	7,05	6,28	5,94
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	0,98	1,40	1,09	0,75	0,36	0,85	0,55	0,75
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	13,92	22,01	15,50	15,37	16,77	11,96	14,53	17,62
6 - Impostos Diretos	3,72	7,43	5,80	6,18	6,61	4,58	5,48	6,45
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	10,20	14,58	9,70	9,19	10,16	7,37	9,05	11,16

Fonte: Banco Central do Brasil

4

Decomposição do *spread* bancário para clientes preferenciais

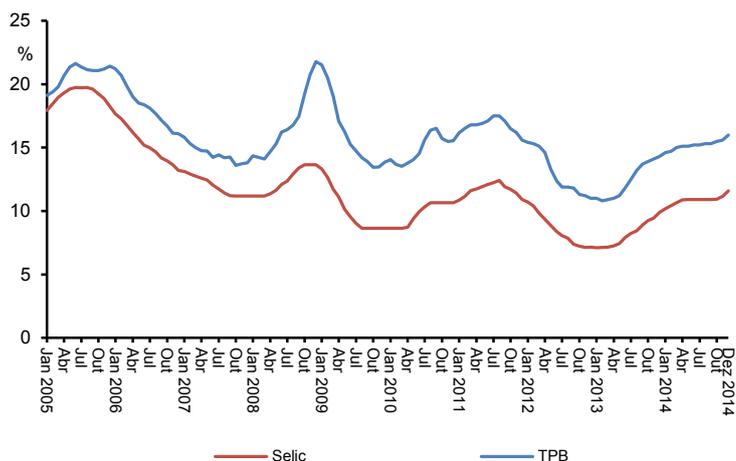
A Taxa Preferencial Brasileira (TPB) é calculada com base em operações de crédito pactuadas mensalmente entre instituições financeiras e os respectivos clientes preferenciais¹⁰. Por representar taxas de juros utilizadas em operações de elevado valor, concedidas a clientes com baixo risco de inadimplência, a TPB permite comparação mais adequada das taxas praticadas no Brasil com as de outros países, fato esse que motivou a elaboração da decomposição do *spread* desse segmento desde o Relatório de Economia Bancária e Crédito (REBC) – 2010¹¹.

De acordo com o gráfico 7, nota-se que a evolução da TPB continua apresentando comportamento similar ao da taxa de juros básica (taxa Selic), com correlação de 0,90 no período analisado, sendo essa correlação ainda maior nos últimos quatro anos (0,99). Em 2014, o *spread* de aproximadamente 4,4 p.p. em relação à taxa Selic, embora tenha apresentado tendência de queda até maio, inverteu esse comportamento, mas permanece em níveis inferiores aos observados no período pós-crise (5,1 p.p. entre junho de 2009 e junho de 2012).

10 São considerados clientes preferenciais aqueles que apresentam, simultaneamente, as seguintes características: (i) ser pessoa jurídica; (ii) possuir operações de crédito com três ou mais instituições financeiras; (iii) ter, pelo menos, uma operação em curso normal com valor maior ou igual a R\$5 milhões; (iv) possuir, pelo menos, uma operação com classificação de risco “AA”; (v) possuir operações classificadas nos riscos “AA” e “A”, cuja soma corresponda a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total de seu endividamento perante o Sistema Financeiro Nacional (SFN); e (vi) não possuir operações com atraso superior a noventa dias que representem mais que 1% do total de seu endividamento junto ao SFN. Para mais detalhes, ver box “Taxa Preferencial Brasileira”, no Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2011.

11 Publicado em dezembro de 2011.

Gráfico 7 – Selic X TPB



Mantendo-se a metodologia apresentada no Relatório de Economia Bancária e Crédito (REBC) – 2012, que implementou aperfeiçoamentos no cálculo da decomposição do *spread* da TPB¹², as tabelas 35 e 36 apresentam a decomposição do *spread* bancário para clientes preferenciais no período de 2007 a 2014.

As maiores participações percentuais no *spread* das operações com clientes preferenciais, em 2014, continuaram sendo as dos componentes “margem bruta, erros e omissões” e “inadimplência” (tabela 35). A componente “inadimplência”, após aumento em 2012 e leve queda em 2013, volta a apresentar elevação, ficando em níveis similares aos observados em 2009, logo após a grande crise internacional. A componente “margem bruta, erros e omissões” apresentou redução em 2014, em relação ao ano anterior.

12 O primeiro refere-se ao cálculo do *spread*, obtido pela diferença entre o valor da TPB apurado no mês e a taxa de captação das instituições financeiras que contrataram operações com clientes preferenciais. O segundo utiliza o algoritmo de Aumann-Shapley no intuito de separar os custos relacionados aos produtos de crédito e, posteriormente, calcular o custo médio por operação para o cálculo do custo administrativo. No que diz respeito aos recolhimentos compulsórios, à cunha fiscal e à inadimplência, foram mantidas as fórmulas de cálculo apresentadas no Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2011, que admite que os recursos para os empréstimos aos clientes preferenciais têm origem no *funding* global da instituição e que uma *proxy* da inadimplência desse segmento pode ser obtida a partir do provisionamento mínimo requerido de todas as operações selecionadas para o cálculo da TPB que estejam na carteira de crédito das instituições financeiras.

Tabela 35 – Decomposição do *spread* bancário prefixado – TPB

Discriminação	Em proporção (%) do <i>spread</i>							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 - <i>Spread Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
2 - Custo Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Inadimplência	33,85	13,16	33,50	24,40	21,23	29,19	28,50	34,76
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	-2,38	6,47	7,82	3,18	2,54	3,85	4,93	4,83
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	68,53	80,38	58,68	72,42	76,22	66,96	66,57	60,41
6 - Impostos Diretos	27,41	32,15	23,47	28,97	30,49	26,78	26,63	24,16
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	41,12	48,23	35,21	43,45	45,73	40,18	39,94	36,25

Fonte: Banco Central do Brasil

A decomposição na forma de p.p. (tabela 36) apresenta, em outra perspectiva, a evolução nominal dos componentes do *spread* de 2007 a 2014. Nota-se que o *spread* mantém-se em patamar próximo a 5%, excetuando-se 2008, em que apresentou elevação pontual. Em relação à inadimplência, corroborando a análise em termos de participação no *spread*, observa-se que, após decrescer de 2009 a 2011, há inversão dessa tendência a partir de 2012.

Tabela 36 – Decomposição do *spread* bancário prefixado – TPB

Discriminação	Em pontos percentuais (p.p.)							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A - Taxa de Aplicação	13,79	21,78	13,85	15,53	15,60	11,00	14,30	16,00
B - Taxa de Captação	10,87	13,34	8,48	10,16	9,76	6,61	8,83	10,34
1 - <i>Spread Total</i>	2,92	8,44	5,37	5,37	5,84	4,39	5,47	5,66
2 - Custo Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Inadimplência	0,99	1,11	1,80	1,31	1,24	1,28	1,56	1,97
4 - Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e FGC	-0,07	0,55	0,42	0,17	0,15	0,17	0,27	0,27
5 - Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	2,00	6,78	3,15	3,89	4,45	2,94	3,64	3,42
6 - Impostos Diretos	0,80	2,71	1,26	1,56	1,78	1,17	1,46	1,37
7 - Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	1,20	4,07	1,89	2,33	2,67	1,76	2,19	2,05

Fonte: Banco Central do Brasil

No que diz respeito ao componente “compulsório, subsídio cruzado, encargos fiscais e FGC”, em 2014, nota-se estabilidade em relação a 2013, resultado da ampliação do *spread* que compõe a base de cálculo para os tributos indiretos (PIS, Cofins) e do aumento da taxa básica que remunera os compulsórios. Em relação à componente “margem bruta, erros e omissões”, nota-se redução em 2014 para nível levemente inferior ao identificado nos anos mais recentes.

5

Análise de resultados da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito

Com o propósito de ampliar e aprimorar o conjunto de informações sobre a conjuntura macroeconômica, desde março de 2011, o Banco Central coleta opiniões sobre as condições do crédito bancário nacional. Nesse sentido, são preenchidos questionários qualitativos enviados a cada final de trimestre às instituições financeiras representativas dos seguintes segmentos do mercado de crédito: pessoas jurídicas – grandes empresas (PJG); pessoas jurídicas – micro, pequenas e médias empresas (PJM); pessoas físicas – crédito habitacional (PFH); e pessoas físicas – crédito voltado ao consumo (PFC).

Os indicadores referem-se à percepção dos agentes a respeito das condições de oferta, de demanda e de aprovação de crédito observadas no trimestre corrente, bem como às expectativas sobre o comportamento para o próximo trimestre¹³.

Esta seção apresenta os fatores que determinaram movimentos nas condições de oferta e nas de demanda por crédito na avaliação dos especialistas consultados, bem como compara os valores dos indicadores de aprovação com os valores efetivamente observados de novas concessões de crédito em cada um dos segmentos acima mencionados entre o início de 2011 e o final de 2014.

Fatores determinantes do comportamento da oferta e demanda por crédito

Em 2014, a amostra utilizada na Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil (PTC) englobou 46 conglomerados e instituições financeiras que, em dezembro de 2014, eram credores de cerca de 91% do total do crédito do segmento PJG (24 instituições), 94% do segmento PJM (34 instituições), 83% do segmento PFC (23 instituições) e 99% do segmento PFH (9 instituições).

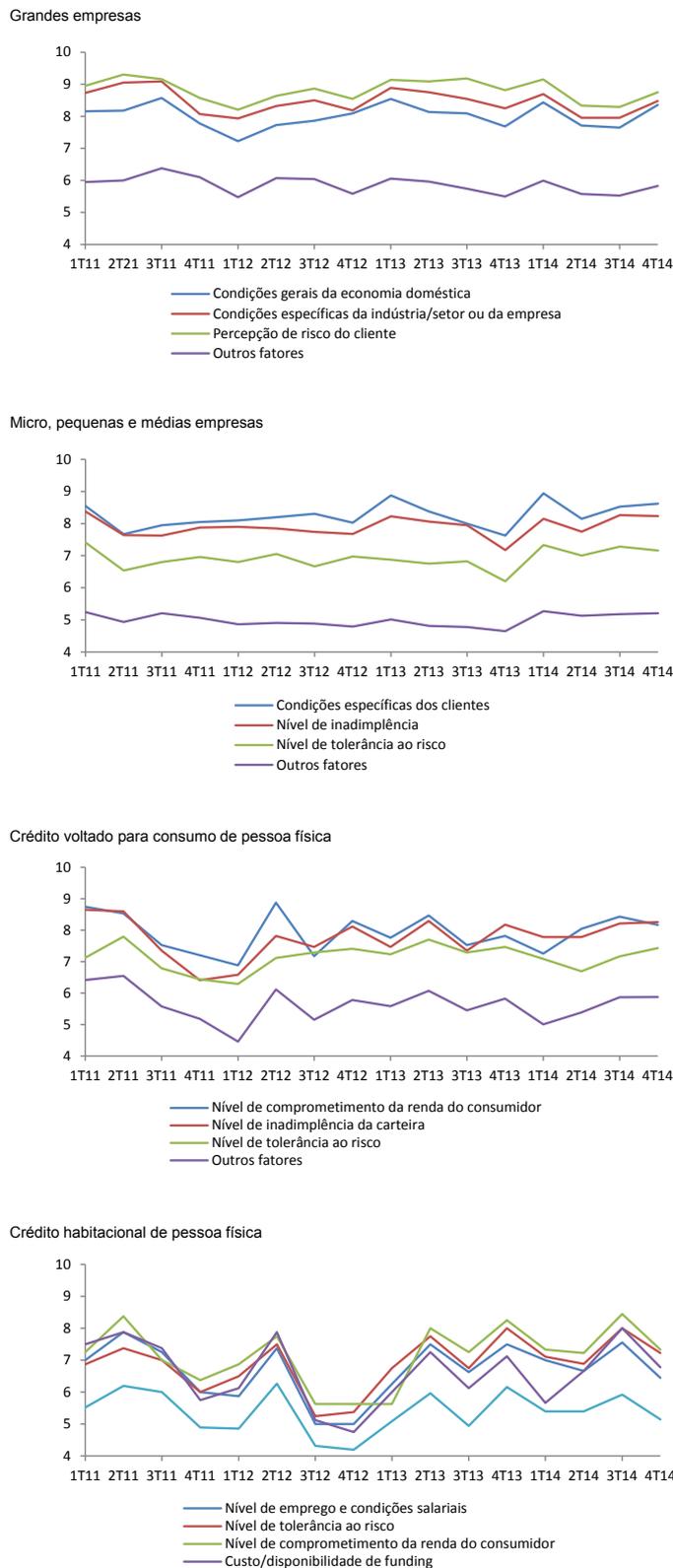
Na PTC, os respondentes atribuem nota de zero (fatores irrelevantes) a dez (fatores que mais influenciam a capacidade ou a disposição de ofertar ou demandar crédito) ao grau de importância de cada fator listado.

A figura 2 apresenta, para cada segmento, a evolução da média dos principais fatores determinantes da oferta, bem como o comportamento médio dos

13 Detalhes sobre a construção dos indicadores podem ser verificados no Trabalho para Discussão nº 245 – Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil, de junho de 2011.

demais itens mencionados como relevantes no processo decisório sobre a política de concessão a ser adotada. Percebe-se que a importância relativa de cada fator tende a se manter, ao longo do tempo, principalmente nos segmentos de pessoas jurídicas.

Figura 2 – Importância histórica dos fatores responsáveis pelo comportamento do indicador de oferta



Fonte: Banco Central do Brasil – PTC

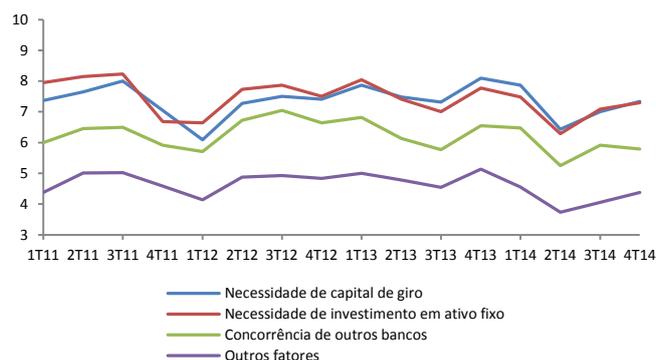
No segmento PJG, os fatores mais importantes para o período de análise são a percepção de risco do cliente, as condições específicas da indústria/setor ou das empresas e as condições gerais da economia doméstica. Para o segmento PJM, as condições específicas dos clientes, o nível de inadimplência e o nível de tolerância ao risco são os fatores mais importantes.

Para os segmentos de pessoas físicas, observam-se algumas alterações na importância relativa dos fatores. No PFC, existe alternância entre o nível de comprometimento da renda do consumidor e o nível de inadimplência da carteira como fatores mais importantes na determinação da oferta. No PFH, a alternância é ainda maior, embora se perceba predominância do nível de comprometimento da renda do consumidor a partir do segundo trimestre de 2013. Outro aspecto que merece destaque no PFH é o aumento da importância relativa do custo/disponibilidade de *funding* para o segmento nos dois últimos trimestres de 2014.

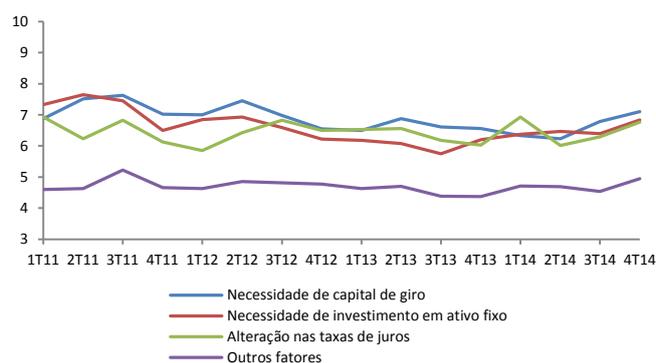
A figura 3 apresenta a evolução média da importância atribuída aos principais fatores que determinam a demanda por crédito.

Figura 3 – Importância histórica dos fatores responsáveis pelo comportamento do indicador de demanda

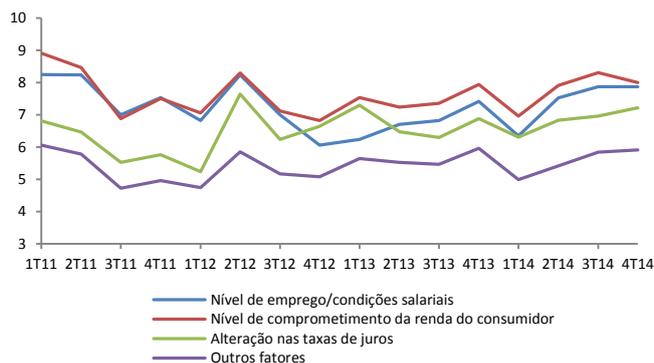
Grandes empresas



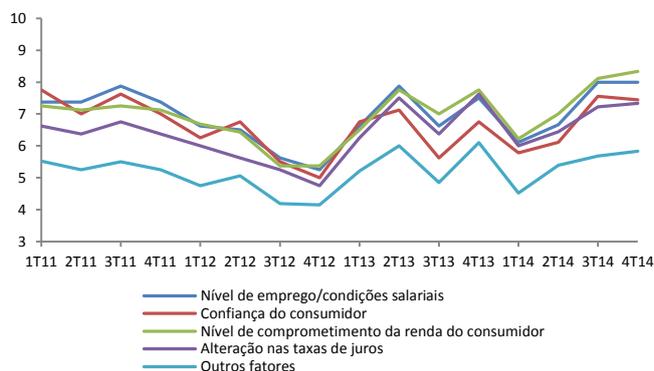
Micro, pequenas e médias empresas



Crédito voltado para consumo de pessoa física



Crédito habitacional de pessoa física



Fonte: Banco Central do Brasil – PTC

No segmento PJG, percebe-se a prevalência da necessidade de capital de giro e de novos investimentos em ativos fixos como fatores determinantes da demanda por novas operações de crédito em relação aos demais. Para o segmento PJM, adiciona-se a esses dois fatores a alteração nas taxas de juros, o que evidencia, em parte, uma sensibilidade maior desse segmento a decisões de política monetária.

Diferentemente do que ocorre com os fatores que influenciam a oferta, a importância relativa dos fatores que influenciam a demanda apresenta maior variação ao longo do tempo. Comparando os valores observados no final de 2013, com os observados no final de 2014, percebe-se que, para PJG, a necessidade de investimento em ativo fixo ganhou importância relativa. Por sua vez, no segmento PJM, as alterações nas taxas de juros foram destaque no primeiro trimestre de 2014.

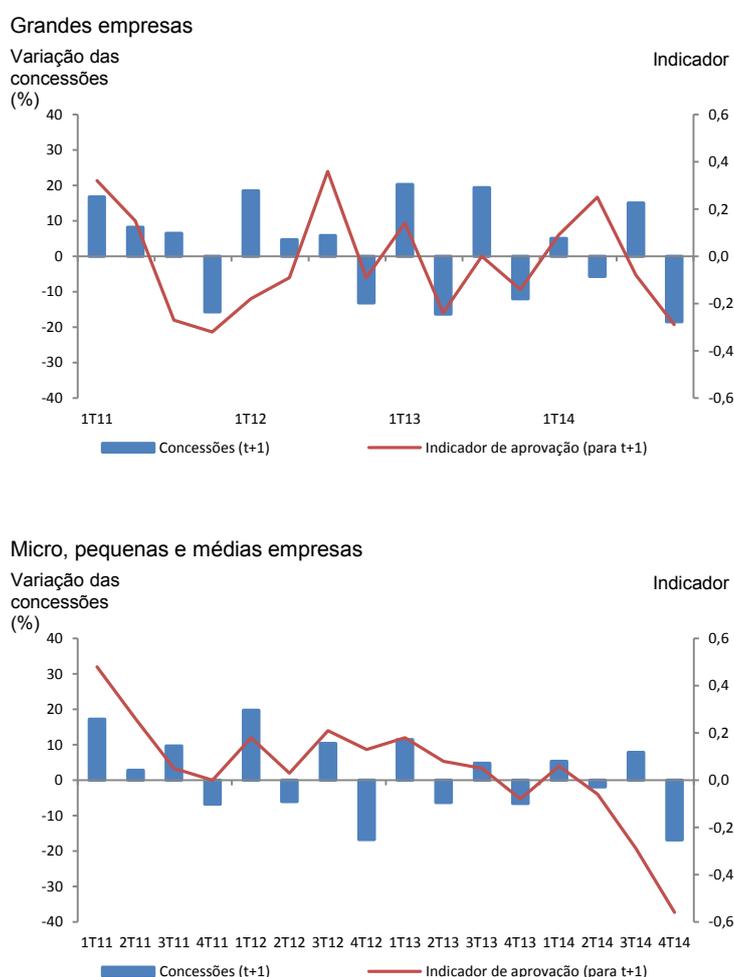
No segmento de PFC, merece destaque a importância dada ao nível de comprometimento da renda do consumidor que, com exceção do período compreendido entre o terceiro e quarto trimestres de 2011, foi considerado o fator mais importante na determinação da demanda desse segmento. Relativamente a 2014, o nível de emprego/condições salariais e as alterações nas taxas de juros foram, respectivamente, o segundo e terceiro fator de maior importância para a demanda nesse segmento, com o nível de emprego/condições salariais ganhando importância em relação às alterações nas taxas de juros ao longo do ano.

No segmento PFH, a importância relativa dos fatores de demanda é bem menos estável ao longo do tempo. Entretanto, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2013, o nível de comprometimento de renda do consumidor e o nível de emprego/condições salariais despontam como fatores mais importantes, enquanto alterações de taxas de juros e confiança do consumidor alternam-se no terceiro posto de importância.

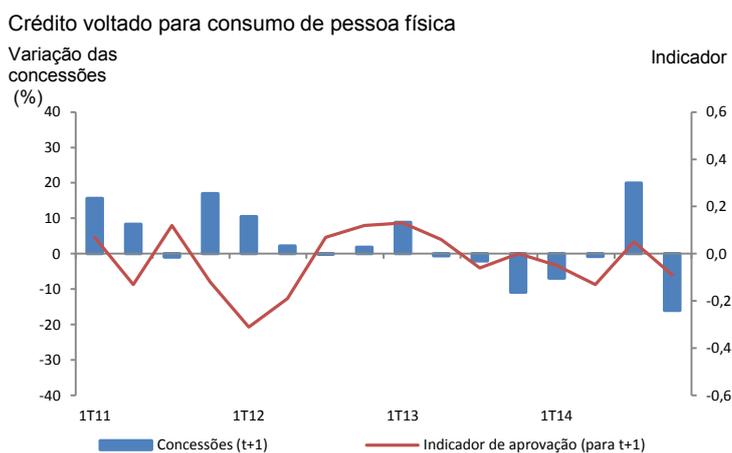
Relação entre o indicador da porcentagem de aprovação de novas concessões e a variação observada de novas concessões

Nesta seção, o indicador de expectativa do trimestre em análise (t) é comparado com as variações percentuais do volume de novas concessões do trimestre subsequente (t+1) para cada segmento¹⁴, com vistas a avaliar possível relação entre esses indicadores bem como a capacidade preditiva, em termos de tendência.

Figura 4 – Concessões e indicador de condições de crédito



14 Para a construção das novas concessões segundo porte, aplicou-se o critério de classificação utilizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sendo classificadas como grandes empresas as pessoas jurídicas que exercem atividades econômicas industriais e de construção e que possuem número mínimo de quinhentos empregados ou que exercem atividades econômicas comerciais ou de serviços e que possuem um mínimo de cem empregados.



Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema de Informações de Crédito (SCR) e PTC

O comportamento do indicador continua sendo importante ferramenta na avaliação das expectativas do SFN, tendo sido observado, nos segmentos de PJG e de PJM, que o indicador das condições de crédito variou no mesmo sentido da evolução das concessões em doze do total de quinze trimestres observados.

Por outro lado, o forte aumento no volume de concessões verificado no quarto trimestre de 2014 nos segmentos PJG, PGM e PFC não foi adequadamente antecipado pelos indicadores de aprovação. Tal crescimento pode estar relacionado a efeitos defasados das ações promovidas pelo Banco Central – por meio da Circular nº 3.711, de 24 de julho de 2014, e Circular nº 3.715, de 20 de agosto de 2014, que reduziram o requerimento mínimo de capital para risco de crédito das operações de varejo e incentivaram a realização de novas operações de crédito por meio de ajustes nas regras de recolhimento compulsório – que não tiveram seus efeitos incorporados na pesquisa realizada em setembro daquele ano.

Na figura 4, merecem destaque os valores dos indicadores obtidos no final de 2014 referentes ao comportamento esperado para o primeiro trimestre de 2015. Os indicadores de todos os segmentos apontavam para forte retração no ritmo de novas concessões, principalmente nos segmentos de pessoas jurídicas. O indicador do segmento PJM, por exemplo, apresentou seu menor valor em toda a série histórica

iniciada em 2011 e a retração das concessões para esse segmento, 22,1%, foi a maior observada no período em análise.

Dessa forma, há evidências de aderência entre os indicadores e a dinâmica dos diversos segmentos do mercado de crédito, principalmente para o segmento de pessoas jurídicas. Por essa razão, o BCB disponibiliza essas séries históricas em seu sítio eletrônico na internet por meio do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). As séries são atualizadas trimestralmente, logo após a publicação de cada Boletim Regional do Banco Central do Brasil.

Expectativas de saldo e inadimplência para 2015

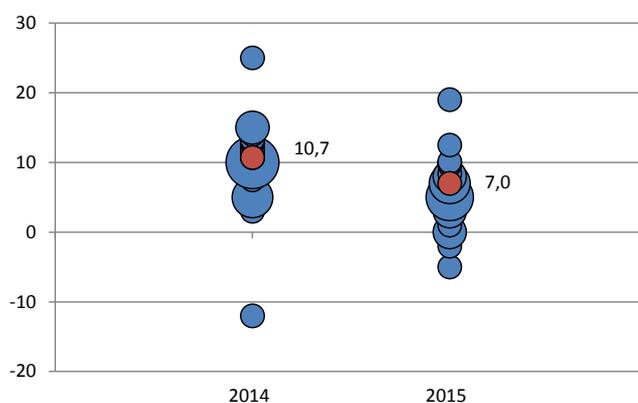
Em 2014, a PTC passou a incorporar na pesquisa do primeiro trimestre questões sobre a expectativa das instituições financeiras a respeito da variação do saldo e do nível de inadimplência (atraso acima de noventa dias) esperados para o final do respectivo ano.

A figura 5 mostra os resultados para o segmento PJG. As localizações dos pontos azuis nos gráficos referem-se às estimativas informadas pelas instituições financeiras para cada ano, com as respectivas áreas proporcionais ao número de estimativas condicentes. Os pontos vermelhos são, para 2014, o valor observado e, para 2015, a mediana das expectativas. Vale destacar que a segmentação de pessoas jurídicas por porte segue critérios bastante heterogêneos de classificação entre as instituições financeiras e esses critérios não são necessariamente o critério utilizado neste Relatório para fins de apresentação de resultados. Dessa forma, é natural que as expectativas para pessoas jurídicas apresentem maior grau de dispersão de valores quando comparadas às expectativas para pessoas físicas, que possuem critérios de segmentação mais delimitados.

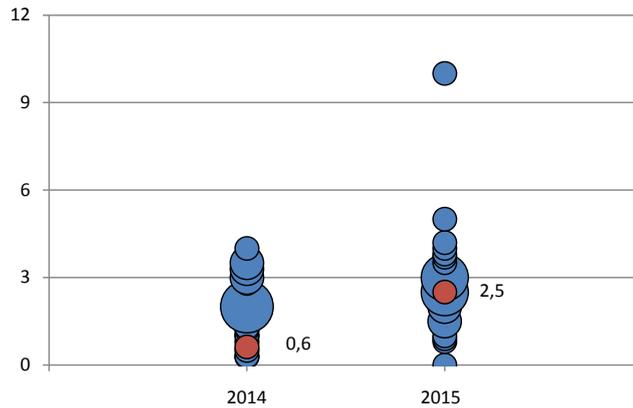
Nota-se na figura 5 que a variação de saldo observada, entre o final de 2013 e o final de 2014 (10,7%), foi muito próxima da mediana das expectativas (10,0%). No caso da inadimplência, a mediana dos valores esperados de 2% foi bem superior ao valor observado, embora o valor observado no final de 2014 tenha ficado dentro do intervalo de expectativas.

Figura 5 – Variação de saldo e inadimplência de PJG

Variação de saldo em percentual



Percentual de inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil – PTC

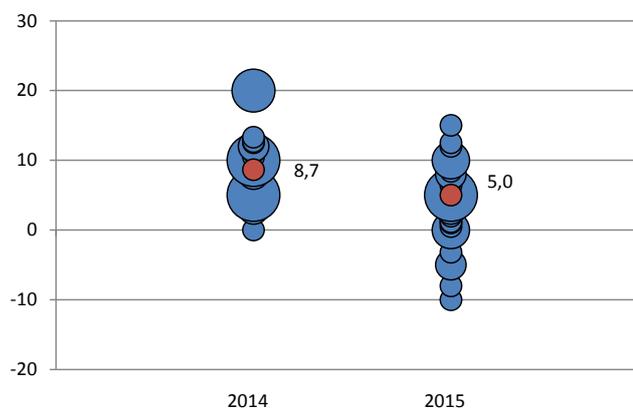
Para 2015, a distribuição das expectativas de variação de saldo deslocou-se para baixo em relação a 2014. A mediana passou de 10% para 7% e a estimativa de maior frequência de 10% para 5%. Também é possível verificar que, em relação ao observado para 2014, existem mais estimativas de variação de saldo iguais ou menores que zero para 2015.

Em relação à inadimplência de PJG para 2015, a mediana sobe para 2,5% e verifica-se uma estimativa mais extrema de 10%. Contudo, as maiores frequências, ambas com quatro observações, encontram-se nos níveis de 3% e 2,5%.

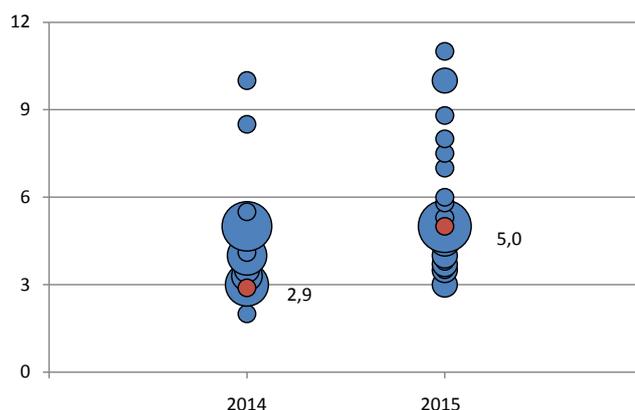
Na figura 6 são apresentados os resultados para o segmento PJM. É possível observar que a variação de saldo entre o final de 2013 e o final de 2014, 8,7%, foi inferior à mediana das expectativas de 10%. No caso da inadimplência, o valor observado em 2014, 2,9%, foi inferior à mediana de 4%, mas bastante próximo ao segundo valor de maior frequência das expectativas de 3%.

Figura 6 – Variação de saldo e inadimplência de PJM

Variação de saldo em percentual



Percentual de inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil – PTC

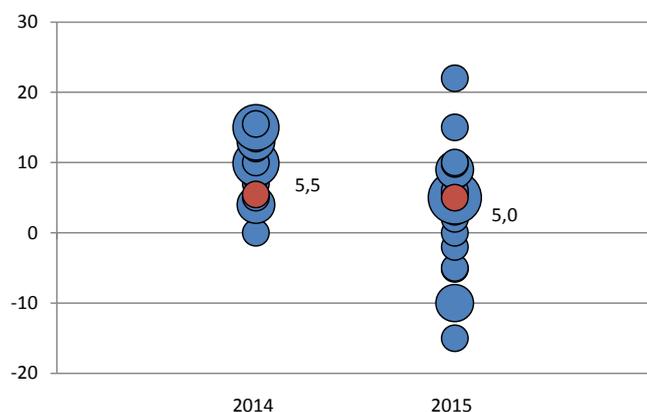
Para 2015, a distribuição das expectativas aponta para crescimento de 5%, mesmo percentual da estimativa de maior frequência. Também vale destacar que, diferentemente do que foi esperado para 2014, para 2015, existem expectativas de que a variação de saldo do segmento seja negativa. Esses valores negativos variam entre -3,2% e -10,0%. Em relação à inadimplência, observa-se grande concentração de expectativas no nível de 5%, que coincide com a mediana da distribuição.

Diferentemente dos resultados para pessoas jurídicas, os de pessoas físicas podem ser comparados com séries históricas que são divulgadas pelo BCB. A referência para saldo é a série de código 20.570 denominada “Saldo da carteira de crédito com recursos livres – Pessoas físicas – Total” e a referência para inadimplência é a série de código 21.112 denominada “Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres – Pessoas físicas – Total”.

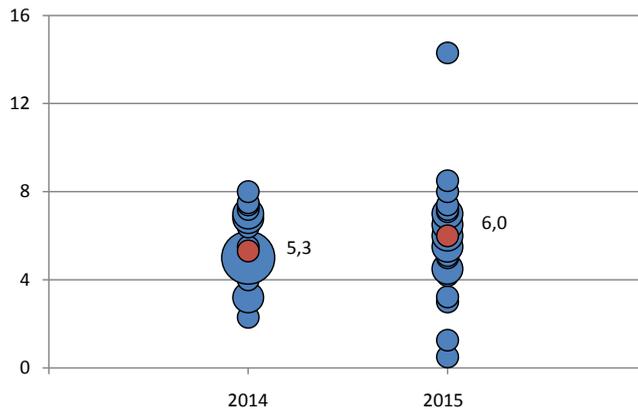
É possível constatar nos resultados para o segmento PFC (figura 7) que a variação de saldo entre o final de 2013 e o final de 2014 (5,5%) foi bem inferior à mediana das expectativas (9,9%). Entretanto, no caso da inadimplência, o valor observado em 2014 (5,3%) foi muito próximo da mediana das expectativas (5,0%), que coincide com o valor de maior frequência.

Figura 7 – Variação de saldo e inadimplência de PFC

Variação de saldo em percentual



Percentual de inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil - PTC

Para 2015, as expectativas para a variação do saldo estão bem mais dispersas que as observadas em 2014, sendo observados valores entre -15% e 22%. Entretanto, percebe-se maior concentração no nível de 5%, valor da mediana.

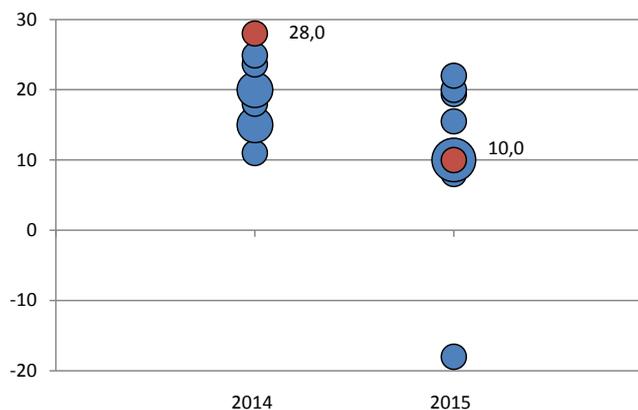
Também no caso da inadimplência, as expectativas estão mais dispersas, variando entre 0,5% e 14,3%. Todavia, a mediana (6,0%) não é muito maior que a inadimplência observada em 2014 (5,3%).

Similarmente ao segmento PFC, os resultados de PFH (figura 8) podem ser comparados com os de séries históricas que são divulgadas pelo BCB. A referência para saldo é a série de código 20.612 denominada “Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados – Pessoas físicas – Financiamento imobiliário total” e a referência para inadimplência é a série de código 21.151 denominada “Inadimplência da carteira de crédito com recursos direcionados – Pessoas físicas – Financiamento imobiliário total”.

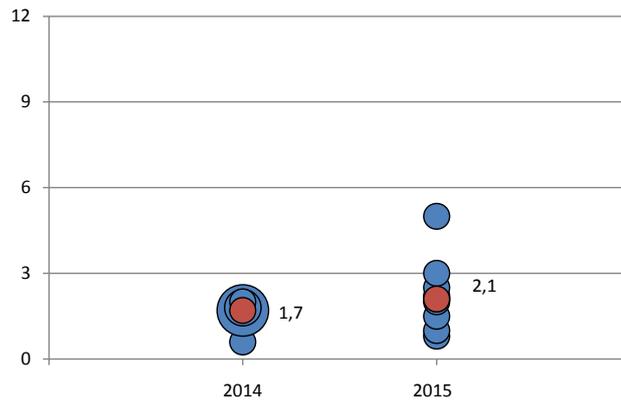
Percebe-se na figura 8 que a variação de saldo entre o final de 2013 e o final de 2014 (28,0%) foi bastante superior à mediana das expectativas (19,0%) sendo superior ao maior valor esperado (24,9%). No caso da inadimplência, o valor observado em 2014 (1,7%) foi igual à mediana das expectativas e ao valor de maior frequência.

Figura 8 – Variação de saldo e inadimplência de PFH

Variação de saldo em percentual



Percentual de inadimplência



Fonte: Banco Central do Brasil - PTC

Para 2015, a distribuição das expectativas de variação de saldo deslocou-se para baixo em relação a 2014 apresentando mediana de 10%. Em relação à inadimplência esperada, embora a mediana das expectativas (2,1%) seja muito próxima do valor observado em 2014 (1,7%), os valores estão bastante dispersos, apresentando amplitude de 0,6% a 5,0%.

Com o objetivo de assegurar a estabilidade, bem como de promover o permanente aperfeiçoamento do SFN, o BCB realiza levantamento dos riscos à estabilidade financeira por meio da Pesquisa Estabilidade Financeira (PEF), que procura acompanhar a evolução de tais riscos, bem como monitorar a capacidade de as instituições financeiras lidarem com esses riscos em caso de eventual materialização¹⁶.

A pesquisa é respondida, geralmente, por executivos responsáveis pelo gerenciamento de riscos das instituições financeiras, incluindo bancos públicos, bancos privados nacionais, bancos estrangeiros e bancos privados nacionais com participação estrangeira. A amostra da PEF é formada por 49 conglomerados financeiros, os quais representam, em média, 83,1% do sistema financeiro e 97,3% do sistema bancário. Os resultados referentes aos quatro levantamentos feitos em 2014, cuja taxa de resposta superou 88,3%, são apresentados a seguir.

Riscos à estabilidade financeira

A tabela 37 elenca os principais fatores de risco ao sistema financeiro apontados pelas instituições financeiras e agrupados, pelo Banco Central, em dez quesitos mais frequentemente citados.

Tabela 37 – Fatores de risco à estabilidade financeira do Sistema Financeiro Nacional em 2014

Discriminação	1° 2° 3° 4° Trimestre Trimestre Trimestre Trimestre			
Cenário externo	20,0	19,0	16,0	19,0
Inadimplência	9,0	12,0	14,0	11,0
Recessão econômica	7,0	8,0	12,0	10,0
Risco de Liquidez	7,0	8,0	9,0	10,0
Inflação	10,0	12,0	10,0	8,0
Risco de Mercado	13,0	11,0	8,0	5,0
Risco Fiscal	1,0	1,0	3,0	5,0
Risco Soberano	7,0	6,0	4,0	4,0
Falência de instituição financeira	3,0	4,0	4,0	4,0
Risco Político	1,0	1,0	4,0	5,0

Fonte: Banco Central do Brasil

¹⁶ A Pesquisa de Estabilidade Financeira vem sendo aplicada desde setembro de 2009, com periodicidade trimestral. Para mais detalhes sobre a metodologia, ver Trabalho para Discussão nº 294 – Pesquisa de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil, de outubro de 2012.

Ao contrário dos resultados das pesquisas de 2013, riscos relacionados ao cenário externo apareceram como principal fator limitante à estabilidade financeira. Sobre esse elemento de risco, os respondentes manifestaram preocupação com o passo desigual de recuperação do crescimento econômico das economias centrais (Estados Unidos, países da União Europeia e Japão), assim como com a desaceleração econômica da China.

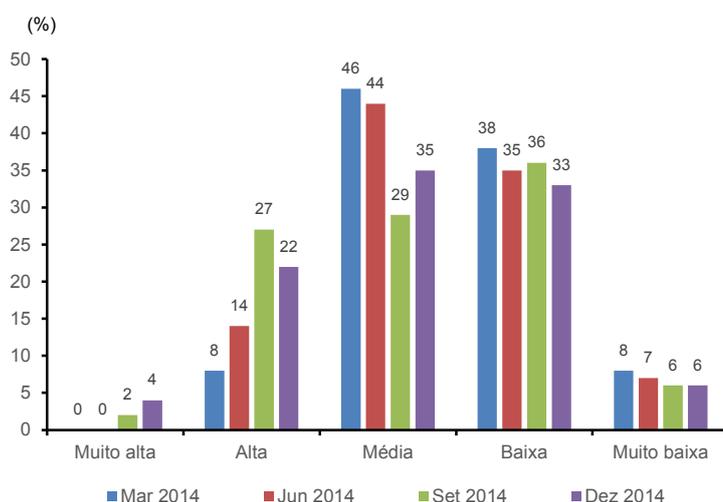
No quesito Risco de crédito, a inadimplência é o fator interno mais frequentemente citado. Quase metade dos respondentes enquadram esse risco como de difícil gerenciamento. Na perspectiva dos respondentes, um cenário de redução do nível de atividade econômica, conjugado com aumento da taxa de desemprego, poderia ter impacto na qualidade da carteira de crédito.

Os riscos, classificados como mais difíceis de gerenciar no âmbito da firma bancária, mais frequentemente mencionados foram: 1) risco de liquidez (72%); 2) recessão econômica (63%); 3) inadimplência (50%); 4) inflação (41%); e 5) risco de mercado (32%).

Probabilidade de evento de alto impacto no curto prazo

O gráfico 8 apresenta a percepção das instituições respondentes sobre a probabilidade de ocorrência de um evento de alto impacto no sistema financeiro no curto prazo. Com relação ao ano precedente, observa-se aumento de 4 p.p. e 15 p.p. nas classes “muito alta” e “alta” probabilidade de ocorrência de um evento de alto impacto, respectivamente, comparando-se às pesquisas de dezembro de cada ano. As classes “média” e “muito baixa” probabilidade de ocorrência de um evento de alto impacto foram as que sofreram maiores reduções, 10 p.p. e 8 p.p., respectivamente.

Gráfico 8 – Probabilidade de ocorrência de evento de alto impacto em curto prazo



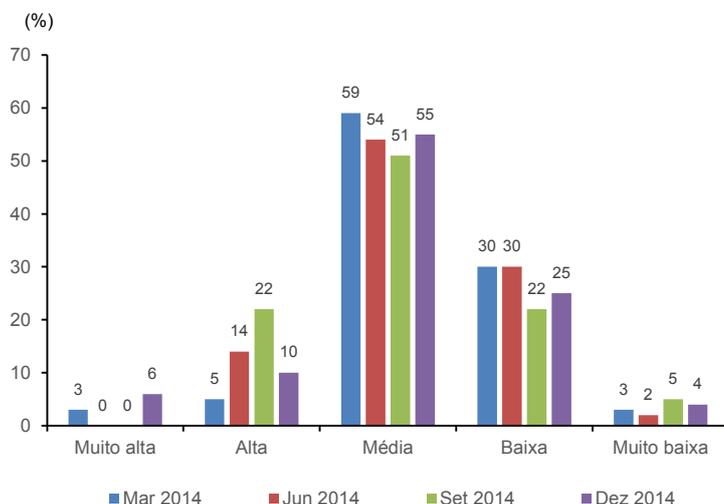
Fonte: Banco Central do Brasil

Probabilidade de evento de alto impacto no médio prazo

A avaliação dos respondentes sobre a probabilidade de o sistema ser atingido por um evento de alto impacto no médio prazo apresenta a distribuição

representada no gráfico 9. Observa-se que a percepção de risco concentra-se nas classes “média” e “baixa” probabilidade de realização, mostrando-se relativamente estável durante o período examinado. A classe “alta” probabilidade de realização apresentou significativa variação no período, com crescimento da posição de dezembro de 2014, relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 9 – Probabilidade de ocorrência de evento de alto impacto em médio prazo

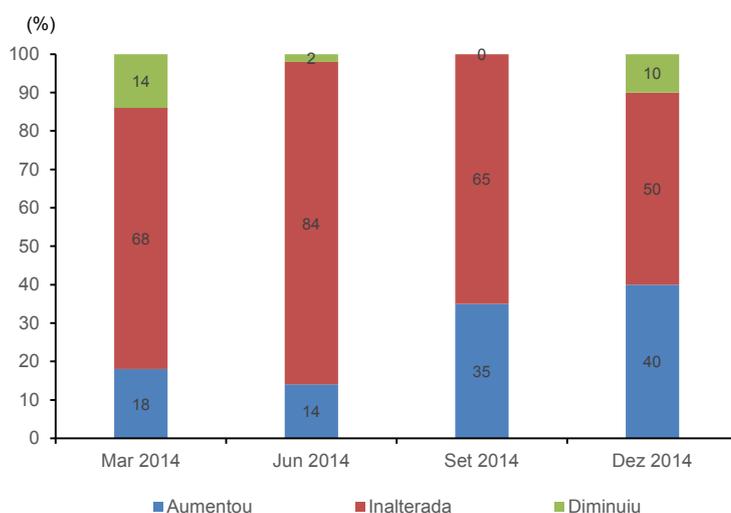


Fonte: Banco Central do Brasil

Alteração das condições de estabilidade financeira

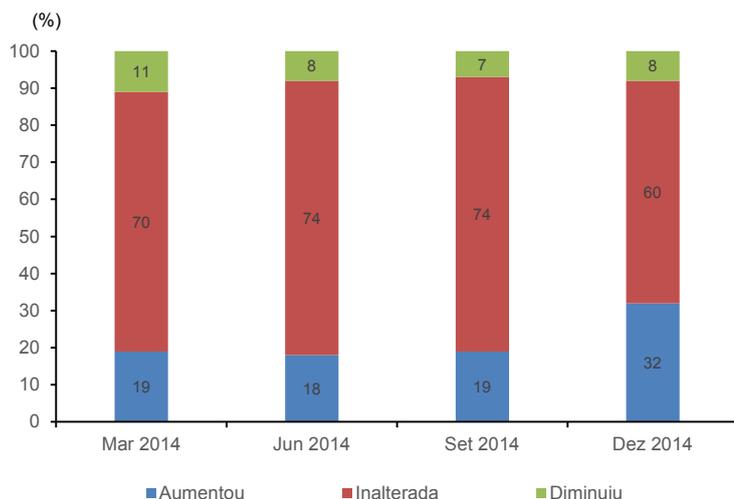
A evolução da probabilidade de ocorrência de um evento de alto impacto no sistema financeiro para os próximos 12 meses (curto prazo) é apresentada no gráfico 10, e para o médio prazo, no gráfico 11. A percepção de aumento da probabilidade de evento de alto impacto pode estar associada a condições macroeconômicas adversas esperadas para os próximos meses. Apesar disso, o sistema financeiro mostra fortes sinais de resistência a choques, fato captado pelos indicadores de liquidez, inadimplência e qualidade dos ativos mantidos pelas instituições financeiras.

Gráfico 10 – Mudança na probabilidade de evento de alto impacto no SFN (curto prazo)



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 11 – Mudança na probabilidade de evento de alto impacto no SFN (médio prazo)

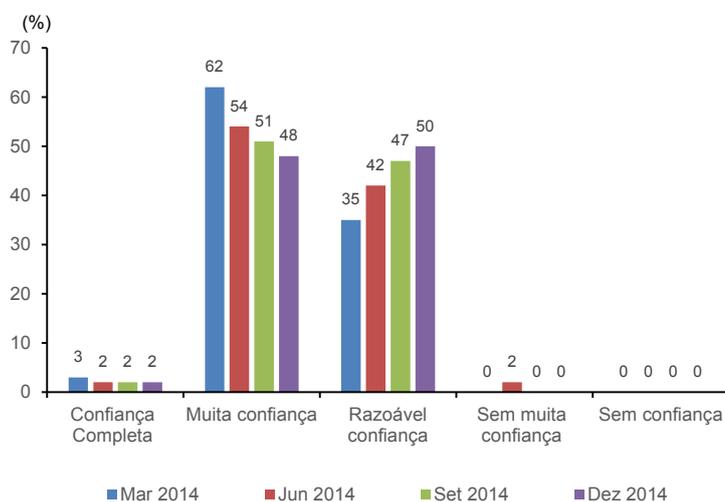


Fonte: Banco Central do Brasil

Confiança na estabilidade do sistema financeiro

Em que pese o processo de realinhamento de preços domésticos aos preços internacionais e de preços administrados aos preços livres, assim como o ajuste fiscal, iniciado no final de 2014, a confiança dos respondentes na estabilidade financeira manteve-se satisfatória (gráfico 12)¹⁷, tendo havido migração da classe “muita confiança” para “razoável confiança” de 14 p.p. Apenas uma instituição financeira classificou sua resposta na classe “sem muita confiança” na estabilidade financeira.

Gráfico 12 – Confiança na estabilidade financeira

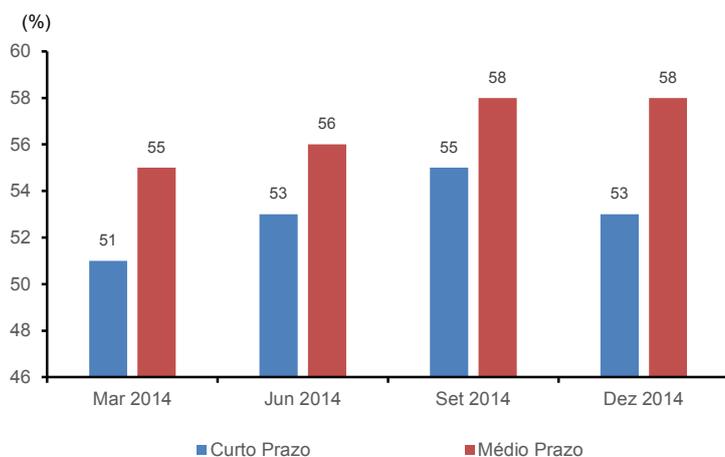


Fonte: Banco Central do Brasil

¹⁷ Para o quesito “grau de confiança na estabilidade do sistema financeiro”, cinco respostas são esperadas: confiança completa, muita confiança, razoável confiança, sem muita confiança e sem confiança.

Resumindo as respostas sobre o grau de confiança no sistema financeiro (nível de confiança agregada), mediante ponderação das respectivas classes¹⁸, observa-se estabilidade do referido índice nos últimos doze meses (gráfico 13).

Gráfico 13 – Confiança líquida na estabilidade financeira

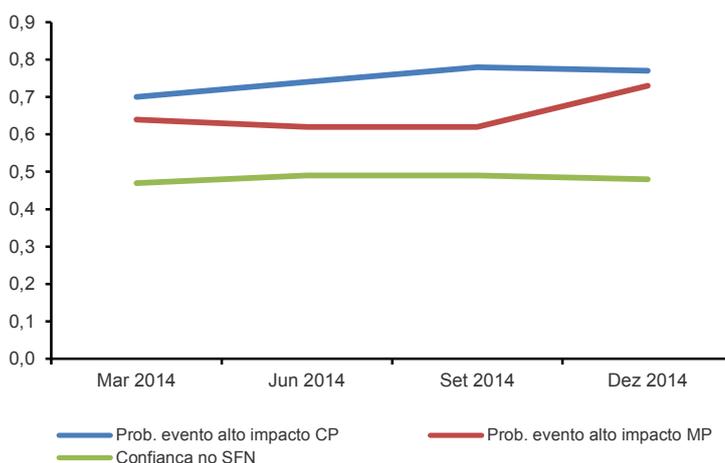


Fonte: Banco Central do Brasil

Grau de concordância dos respondentes

Conforme se pode observar no gráfico 14, os respondentes apresentam maior grau de concordância¹⁹ em relação ao quesito confiança no sistema financeiro, tendo esse índice apresentado estabilidade durante 2014. A discordância é ligeiramente maior quando se trata da percepção de ocorrência de evento de alto impacto no curto prazo. No último trimestre de 2014, registrou-se aumento da dispersão das respostas concernentes à probabilidade de ocorrência de um evento de alto impacto no médio prazo.

Gráfico 14 – Grau de concordância dos respondentes



Fonte: Banco Central do Brasil

18 O percentual líquido da confiança dos respondentes na estabilidade do sistema financeiro foi calculado por meio de média ponderada das respostas considerando os seguintes pesos: confiança completa (1,0), muita confiança (0,8), razoável confiança (0,6), sem muita confiança (0,4) e sem confiança (0,2).

19 Quanto mais próximo de zero, maior será o grau de concordância. Nota metodológica sobre o grau de concordância dos respondentes pode ser encontrada na publicação anterior do Relatório de Economia Bancária e Crédito (http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf).

Tópico Especial

Atuação de Bancos Estrangeiros no Brasil

1 Introdução

A presença de bancos de controle estrangeiro é vista por muitos pesquisadores da área de economia bancária como algo positivo para o desenvolvimento financeiro dos países que os recebem. Esse desenvolvimento seria promovido ao ofertarem crédito e serviços que levariam a aumento da concorrência, impactando os preços desses serviços (LEVINE, 1996; CLAESSENS et al., 2001; CLARKE et al., 2003; GOLDBERG, 2009, CULL e MARTINEZ, Peria, 2010). Por outro lado, por operarem em vários países, poderiam prejudicar o crescimento econômico ao transmitirem choques econômicos externos para a oferta de crédito local, agravando o contágio de um mercado para outro (POPOV e UDELL, 2010; ALLEN et al., 2012; CETORELLI e GOLDBERG, 2012; MONTORO e ROJAS-SUAREZ, 2012).

Este capítulo discute a atuação dos bancos estrangeiros no mercado de crédito brasileiro e na oferta de instrumentos financeiros derivativos cambiais nos últimos anos. Inicialmente, apresenta-se uma visão geral dos volumes e taxas de juros das concessões de crédito livres, que são as operações sobre as quais os bancos têm maior autonomia de decisão. Em seguida, a questão do impacto dos bancos estrangeiros é analisada sob três aspectos: (1) se as taxas de juros cobradas pelos bancos estrangeiros afetam as taxas de juros dos bancos domésticos privados e dos públicos; (2) se um choque adverso no exterior afeta os volumes de crédito; e (3) se os riscos internacionais são transmitidos para o mercado doméstico por meio da classificação de risco que os bancos estrangeiros fazem de seus clientes. Finalmente, apresenta-se a evolução dos volumes ofertados em *swaps* e termos de moeda (*Non-Deliverable Forwards* – NDF), ambos negociados na CETIP S.A. – Mercados Organizados (Cetip).

2 Volumes e Taxas de juros das Concessões de Crédito Livres

A participação de bancos de controle estrangeiro no Brasil tem se reduzido em termos de valor de ativos, ao passo que se nota um crescimento dos bancos públicos. No Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2011, Oliveira, Schiozer e Leão (2011) mostram que no período de 2005 a 2011, em média, cerca de 23% dos ativos do sistema bancário pertenciam a bancos de controle estrangeiro, 45% a bancos privados nacionais e 33% a bancos públicos. Por sua vez, entre 2012 e 2014, a

média diminuiu para 19%, em bancos estrangeiros, e 42%, em privados nacionais, e aumentou para 39%, em bancos públicos, conforme dados da tabela 1.

Tabela 1 – Visão geral da composição do sistema bancário

Valor dos ativos em R\$ bilhões

	Estrangeiros		Privados Nacionais		Públicos		Total	
	Valor Ativo	%	Valor Ativo	%	Valor Ativo	%	Valor Ativo	%
dez/12	968	19%	2.242	44%	1.908	37%	5.118	100%
dez/13	1.040	18%	2.378	42%	2.208	39%	5.627	100%
dez/14	1.216	19%	2.627	41%	2.535	40%	6.378	100%

Fonte: Banco Central do Brasil

2.1. Volume de concessões

As instituições financeiras enviam para o BCB informações sobre os volumes diários concedidos em operações de crédito livres referenciais para taxa de juros²⁰. Essas operações representam grande parte do total de créditos do SFN.

A tabela 2 mostra os valores concedidos anualmente no SFN e por esfera de controle. Entre 2012 e 2014, o volume médio de créditos concedidos por bancos estrangeiros foi de cerca de R\$392 bilhões, inferior à média de R\$447 bilhões apontada por Oliveira, Schiozer e Leão (2011) no período entre 2005 e 2011. Houve redução de 5 p.p. na participação dos estrangeiros nas concessões, de uma média de 26% para 21%. A média do volume de concessões dos bancos nacionais aumentou de R\$869 bilhões, entre 2005 e 2011 (OLIVEIRA; SCHIOZER; LEÃO, 2011), para R\$912 bilhões, entre 2012 e 2014; mantendo-se a participação dos bancos privados nacionais estável e igual a 50%. Os bancos públicos aumentaram a média anual de concessões de R\$416 bilhões, entre 2005 e 2011 (OLIVEIRA; SCHIOZER; LEÃO, 2011), para R\$530 bilhões, entre 2012 e 2014. Como resultado, houve aumento de 5 p.p. na participação dos bancos públicos nas concessões, de uma média de 24%, entre 2005 e 2011 (OLIVEIRA; SCHIOZER; LEÃO, 2011), para 29%, ultrapassando a participação dos estrangeiros.

Tabela 2 – Valores das concessões anuais de créditos livres

Valor das concessões em R\$ bilhões

	Estrangeiros		Privados Nacionais		Públicos		Total de Bancos	
	Valor Conc.	% Conc.	Valor Conc.	% Conc.	Valor Conc.	% Conc.	Valor Conc.	% Conc.
2012	404	24%	813	48%	481	28%	1.698	100%
2013	402	21%	923	49%	546	29%	1.871	100%
2014	369	19%	1.000	52%	562	29%	1.931	100%

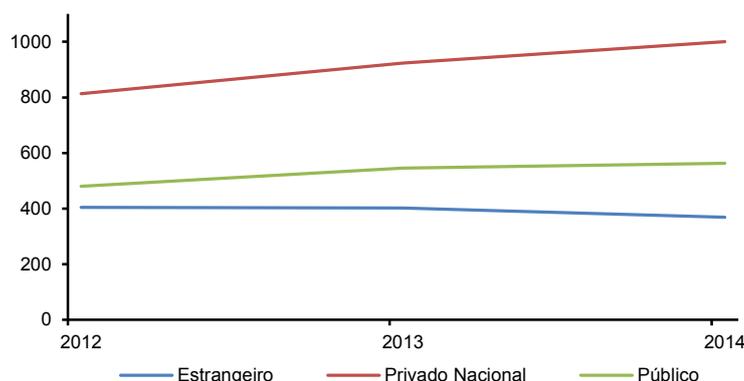
Fonte: Banco Central do Brasil

O Gráfico 1 mostra que a taxa de crescimento das concessões de 2012 para 2013 foi semelhante para os bancos privados nacionais e para os públicos (13%). De 2013 para 2014, houve uma desaceleração maior da taxa dos bancos públicos em relação à dos bancos privados nacionais (3,1% e 8,4%, respectivamente). Para os

20 Recursos livres identificados pela Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999.

bancos estrangeiros, observa-se redução do volume anual concedido, especialmente em 2014, com 8,3% menos concessões do que em 2013.

Gráfico 1 – Concessões de crédito em R\$ bilhões^{1/}



^{1/} Créditos livres referenciais para taxas de juros

2.2 Taxas de juros

Adicionalmente às informações de volumes diários concedidos em operações de crédito livres referenciais para taxa de juros, as instituições financeiras informam ao Banco Central as taxas médias anuais dessas operações. A seguir, detalha-se a evolução das taxas de juros das modalidades mais representativas para pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Entre 2005 e 2011, os bancos estrangeiros praticavam, em média, taxas menores que os demais no crédito à pessoa jurídica (OLIVEIRA; SCHIOZER; LEÃO, 2011). A tabela 3 mostra que essa relação mantém-se, na média, para as modalidades de capital de giro e financiamento à exportação, mas não mais para a modalidade de conta garantida. Nessa última, a taxa de juros média cobrada pelos bancos públicos é cerca de 3 p.p. inferior à dos bancos estrangeiros que, por sua vez, é 29 p.p. inferior à dos bancos privados nacionais.

Tabela 3 – Taxas de juros médias praticadas nas modalidades selecionadas de crédito a pessoa jurídica

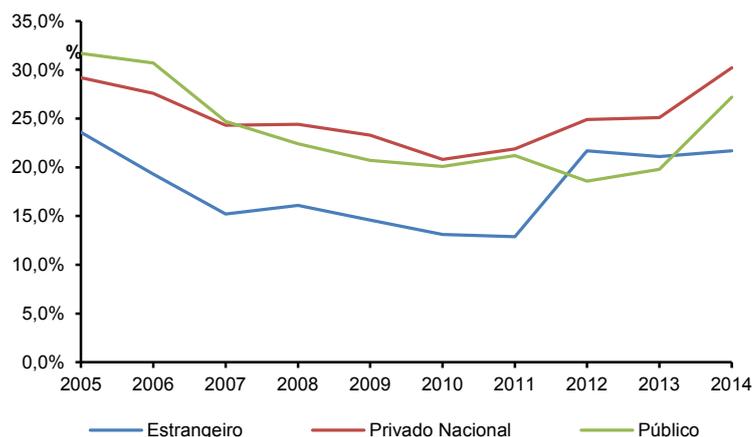
Taxas em % a.a.

	Capital de giro			Conta garantida			Financiamento à Exportação		
	Estrang.	Priv. Nac.	Público	Estrang.	Priv. Nac.	Público	Estrang.	Priv. Nac.	Público
2012	21,7	24,9	18,6	31,7	60,4	27,7	9,3	13,5	10,7
2013	21,1	25,1	19,8	29,1	58,3	25,8	9,4	8,8	NE
2014	21,7	30,2	27,2	32,2	62,1	29,5	10,8	13,1	11,9

Fonte: Banco Central do Brasil

O Gráfico 2 permite observar a dinâmica das taxas de juros na modalidade capital de giro. Apenas em 2012 e 2013 as taxas dos bancos estrangeiros deixaram de ser as mais baixas.

Gráfico 2 – Taxa de juros (% a.a.) cobradas nas operações de capital de giro



De acordo com dados da tabela 4, os bancos públicos cobraram as menores taxas nas três modalidades de crédito a pessoas físicas: crédito pessoal, consignado e veículos. Essa tendência já havia sido observada no período entre 2005 e 2011²¹ (OLIVEIRA; SCHIOZER; LEÃO, 2011). Os bancos estrangeiros cobraram taxas de juros inferiores às dos bancos privados nacionais nas modalidades veículos e consignado, mas superiores às dos bancos públicos. Na modalidade crédito pessoal, os bancos estrangeiros cobraram as taxas de juros mais elevadas. O gráfico 3 mostra que os bancos estrangeiros têm-se mantido como aqueles que cobram as taxas mais altas na modalidade de crédito pessoal desde meados de 2009.

Tabela 4 – Taxas de juros médias (em % a.a.) praticadas nas modalidades selecionadas de crédito a pessoa física

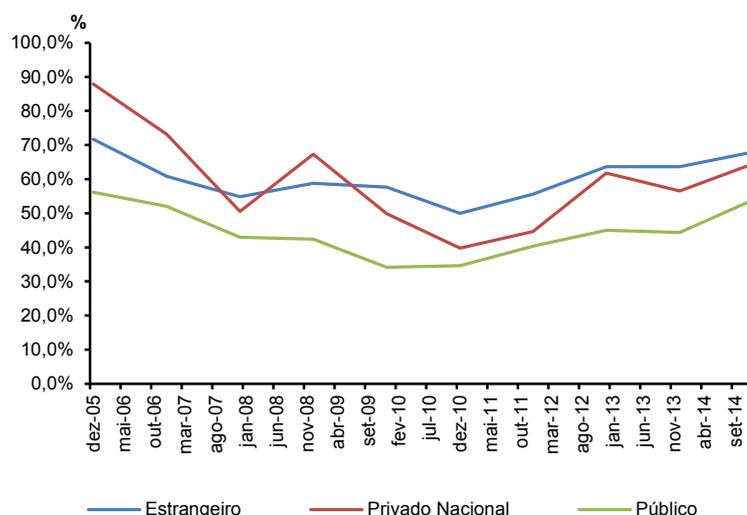
Taxas em % a.a.

	Crédito pessoal			Crédito pessoal consignado			Veículos		
	Estrang.	Priv. Nacional	Público	Estrang.	Priv. Nacional	Público	Estrang.	Priv. Nacional	Público
2012	63,7	61,8	45,0	26,1	29,9	23,5	21,7	23,4	16,2
2013	63,7	56,5	44,4	24,6	27,4	21,7	19,2	22,0	17,1
2014	68,0	64,5	53,9	26,5	28,4	23,0	21,1	24,7	20,8

Fonte: Banco Central do Brasil

21 Em Oliveira, Schiozer e Leão (2011) analisam-se as taxas de juros das modalidades crédito pessoal e veículos e não a de consignado.

Gráfico 3 – Taxa de juros (% a.a.) cobradas nas operações de crédito pessoal



Na seção seguinte, a dinâmica das taxas de juros ao longo do tempo será analisada em maior profundidade.

3 Influência dos Bancos Estrangeiros sobre as Taxas de Juros no Mercado de Crédito Brasileiro

Nesta seção, analisamos a hipótese de que a concorrência trazida pela presença de bancos estrangeiros impacta as taxas de juros cobradas no mercado de crédito.

Considerando que os bancos estrangeiros podem escolher atuar em segmentos específicos do mercado de crédito, buscando aqueles com menor assimetria informacional, a análise é feita de forma separada para diferentes modalidades de crédito para pessoas físicas e jurídicas. As modalidades selecionadas para pessoas físicas foram: aquisição de veículos, arrendamento financeiro, crédito pessoal não consignado, crédito pessoal consignado e outros títulos descontados; para pessoas jurídicas: arrendamento financeiro, capital de giro e desconto de duplicatas.

A análise é realizada utilizando Vetores Auto Regressivos (VAR) considerando as taxas de juros, segmentadas por bancos públicos, privados domésticos e privados estrangeiros, como variáveis endógenas, enquanto maturidade e volume, também segmentadas da mesma forma, são consideradas como variáveis exógenas. A hipótese de interesse é se as taxas de juros praticadas pelos bancos estrangeiros têm impacto sobre as taxas de juros dos bancos domésticos privados e públicos, testada para cada modalidade de crédito utilizando-se o teste de causalidade de Granger.

A existência de causalidade no sentido de Granger sugere precedência, ou seja, se as taxas dos bancos estrangeiros causam as taxas dos bancos domésticos no sentido Granger, com isso, temos evidências de que os bancos domésticos alteram suas taxas de juros após os bancos estrangeiros alterarem suas taxas.

A hipótese de causalidade de Granger é testada utilizando dados mensais agregados extraídos do Sistema de Informação de Crédito (SCR) para o período de

janeiro de 2005 a junho de 2013. Os dados são restritos aos créditos classificados de A a D, pois esses representam melhor as taxas de juros praticadas no mercado. Taxas de juros para créditos abaixo dessa classificação podem apresentar distorções devido à renegociação. As taxas de juros e maturidade foram agregadas para cada modalidade de crédito citada e para cada grupo de bancos estrangeiros, privados domésticos e públicos, considerando-se a média das taxas de juros e a média da maturidade ponderadas pelo volume de crédito concedido.

O VAR é estimado por meio da metodologia de saturação por *dummies* na identificação de *outliers*, desenvolvida por Hendry, Johansen e Santos (2008). Essa metodologia consiste em inserir uma *dummy* no modelo para cada período de tempo da amostra e, por meio do procedimento de modelagem geral para específica, remover aquelas que sejam estatisticamente não significantes. Essa metodologia é mais adequada para se controlar mudanças estruturais que possam ter ocorrido nas séries temporais durante o período de análise devido a alterações na regulação e eventualmente provocadas pela adoção de medidas macroprudenciais.

Os resultados do teste de causalidade de Granger, apresentados na tabela 5, sugerem heterogeneidade nos efeitos do controle do banco sobre as taxas de juros. Os bancos domésticos privados causam, no sentido de Granger, as taxas de juros praticadas pelos bancos estrangeiros para pessoas físicas nas seguintes modalidades: aquisição de veículos, arrendamento financeiro e crédito pessoal não consignado. Por outro lado, os bancos estrangeiros causam, no sentido de Granger, as taxas dos bancos privados domésticos para arrendamento financeiro para pessoa física. Com relação a créditos para pessoa jurídica, os bancos estrangeiros causam, no sentido de Granger, as taxas praticadas pelos bancos públicos para arrendamento financeiro e as taxas praticadas pelos bancos privados domésticos para a modalidade capital de giro.

Tabela 5 – Teste de Causalidade de Granger
Painel A - Crédito a Pessoas Físicas

	Público para Privado	Público para Estrangeiro	Privado para Público	Privado para Estrangeiro	Estrangeiro para Público	Estrangeiro para Privado
Aq. De Veículos	Sim ^{**}	Não	Não	Sim [*]	Não	Não
Arrend. Financeiro	Sim ^{**}	Não	Não	Sim [*]	Não	Sim ^{***}
CP consignado	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CP não consignado	Não	Não	Não	Sim ^{***}	Não	Não
Outros Títulos Desc.	Não	Não	Sim ^{**}	Não	Sim [*]	Não

Painel B - Crédito a Pessoas Jurídicas

	Público para Privado	Público para Estrangeiro	Privado para Público	Privado para Estrangeiro	Estrangeiro para Público	Estrangeiro para Privado
Arrend. Financeiro	Não	Sim ^{***}	Sim [*]	Sim [*]	Sim [*]	Não
Capital de Giro	Não	Não	Não	Não	Não	Sim [*]
Desconto Duplicatas	Não	Não	Sim [*]	Não	Não	Não

Obs: A hipótese nula do teste de causalidade de Granger é a de que “juros dos bancos m não causa juros dos bancos n”, sendo que m e n significam estrangeiros, privados domésticos ou públicos. Na tabela “Bancos m para Bancos n” significa que a hipótese nula não é rejeitada quando há um “Não” na célula. A hipótese nula é rejeitada quando há um “Sim”, sugerindo que os juros praticados pelos bancos m causam, no sentido de Granger, os juros praticados pelos bancos n^o*, ** e *** indicam que a hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Em geral, os bancos estrangeiros parecem promover maior concorrência no mercado de crédito para pessoas jurídicas, o que se alinha à hipótese de que bancos estrangeiros buscam nichos de mercados com menor assimetria informacional.

Nas duas seções seguintes, analisa-se de que maneira os choques externos sofridos pelos bancos estrangeiros em seus países de origem têm se transmitido ao mercado doméstico.

4 Identificando o efeito de substituição de Bancos Estrangeiros para o Crédito

De acordo com o último Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR) do Fundo Monetário Internacional (2015), dois acontecimentos destacam-se entre as mudanças no sistema bancário internacional desde a crise financeira internacional. Em primeiro lugar, os empréstimos diretos entre mercados mensurados, em relação aos ativos bancários totais, diminuíram principalmente por causa da retração dos bancos europeus. Em segundo lugar, a parcela de empréstimos locais em filiais e subsidiárias de bancos estrangeiros manteve-se estável. Os bancos globais, em particular, reconcentraram as suas atividades em alguns mercados-chave, deixando espaço para outros bancos expandirem. Os resultados documentados nesta seção indicam que o Brasil foi um desses mercados-chaves no período pós-crise, ampliando a oferta de crédito local.

Por operarem em vários países, os bancos de controle estrangeiro podem transmitir choques econômicos para oferta de crédito local, agravando o contágio de um mercado para outro. Porém, podem aumentar a oferta de crédito local se um choque adverso no exterior reduzir a rentabilidade esperada dos empréstimos em mercados os quais sofreram o choque (BERROSPIDE; BLACK; KEETON, 2013). Nesse caso, podem realocar seu capital de um mercado para outro, ajudando a isolar as economias locais de choques externos sobre o crédito (MORGAN; RIME; STRAHAN, 2004).

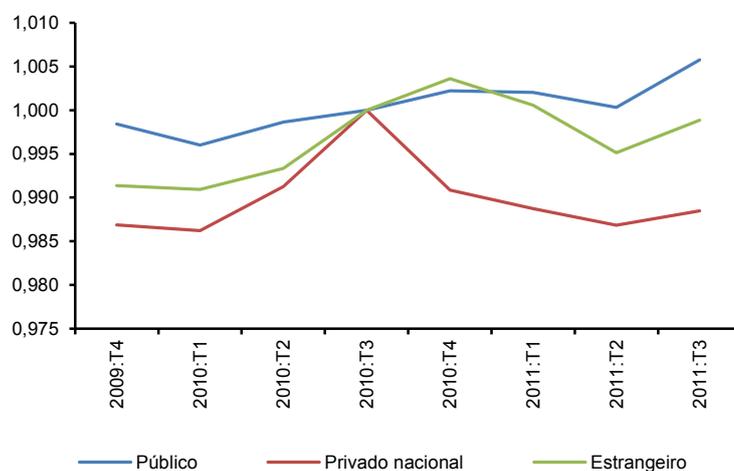
À luz desses efeitos aparentemente opostos, busca-se entender se os bancos estrangeiros substituem seus investimentos durante as tensões de liquidez em seus países de origem, ampliando o crédito no Brasil, que é um mercado supostamente mais rentável que outros. Para tal análise, enfoca-se no surgimento da crise da dívida soberana na Europa no fim de 2010. As evidências mostram que o Brasil recebeu grandes quantidades de recursos externos em 2009 e 2010, e tal fluxo excessivo de capital de curto prazo pressionava o rápido crescimento do crédito doméstico (DA SILVA e HARRIS, 2012).

A fim de lidar com a entrada excessiva de capitais especulativos, em dezembro de 2010, o BCB adotou uma série de medidas macroprudenciais, aumentando as exigibilidades de recolhimento compulsório para o financiamento bancário no mercado doméstico e internacional²². Essas medidas representaram um choque negativo de oferta de crédito local, tornando o financiamento mais caro para os bancos no Brasil. Se é verdade que os bancos de controle estrangeiro, de

22 Entre essas medidas, enfatiza-se: (i) a Circular nº 3.513, de 3 de dezembro de 2010, em que a exigibilidade de recolhimento compulsório não remunerado sobre depósitos a prazo foi elevado de 15% para 20%; (ii) a Circular nº 3.514, de 3 de dezembro de 2010, em que a exigibilidade de reserva remunerada adicional sobre depósitos a prazo foi elevada de 8% para 12%, e (iii) a Circular nº 3.520, de 6 de janeiro de 2011, que instituiu o recolhimento compulsório e encaixe obrigatório não remunerado sobre posição vendida de câmbio dos bancos no mercado à vista no percentual de 60%.

fato, tiveram maiores incentivos para realocar recursos externos para operações de crédito no Brasil, esse efeito é passível de ser capturado de forma mais clara após as medidas macroprudenciais. Conforme pode ser notado no gráfico 4, as medidas macroprudenciais do quarto trimestre de 2010 (linha pontilhada) afetaram a oferta de crédito dos bancos no Brasil de forma heterogênea.

Gráfico 4 – Volume de crédito em log, normalizado em 2010:Q3



Dessa forma, utilizam-se essas medidas macroprudenciais em um experimento econométrico que desdobra o efeito de substituição de bancos estrangeiros sobre a oferta de crédito no Brasil. A análise concentra-se nas diferenças de oferta de crédito sobre a transição de 2010 para 2011. Para tal, é aplicada uma metodologia de “diferenças em diferenças”, comparando a dinâmica da oferta de crédito, entre três tipos diferentes de bancos com carteira comercial: os bancos privados nacionais, os bancos públicos e os bancos privados de controle estrangeiro, que operavam no Brasil antes e depois do final de 2010.

A estratégia de identificação baseia-se na comparação entre o comportamento dos bancos de controle estrangeiro e dos bancos públicos com o dos bancos domésticos. A seleção da amostra compõe-se apenas de empresas que tomam empréstimos de pelo menos um banco de controle estrangeiro e de um outro banco (público ou privado nacional) antes e depois das medidas macroprudenciais. A seguinte especificação é usada para investigar se os bancos de controle estrangeiro diferem no que diz respeito ao volume de crédito ofertado após dezembro de 2010, em comparação com outros bancos:

$$\begin{aligned}
 \text{Crédito}_{i,b,t} &= \alpha_i + \alpha_t + \alpha_b + \\
 &+ \beta_1 \text{Estrangeiro}_b * \text{Depois}_t + \\
 &+ \beta_2 \text{Público}_b * \text{Depois}_t + \\
 &+ \gamma_1 X_{b,t} + \varepsilon_{i,b,t},
 \end{aligned} \tag{1}$$

em que $\text{Crédito}_{i,b,t}$ é igual ao montante em log da dívida da empresa i no banco b no trimestre t . Estrangeiro_b é uma variável binária que tem valor 1, se o controle do banco no Brasil é de um país estrangeiro, e valor zero, no caso contrário. Depois é uma variável binária que tem valor 1, nos trimestres a partir do quarto trimestre de 2010 até o terceiro trimestre de 2011, e zero, no caso contrário. Público_b é uma variável binária que tem valor 1, se o controle do banco no Brasil é do governo federal ou de alguns dos estados da federação, e zero, no caso contrário.

A amostra começa no quarto trimestre de 2009 e termina no terceiro trimestre de 2011. São incluídos efeitos fixos de firmas, trimestres e bancos, os quais controlam por fatores não observáveis em cada uma dessas dimensões, respectivamente. α_i , α_t e α_b . $\varepsilon_{i,b,t}$ é um termo de erro idiossincrático. O vetor $X_{b,t}$ controla uma série de características observáveis de cada banco b , no trimestre t , incluindo tamanho, percentual de ativos líquidos, depósitos e patrimônio líquido, além de retorno sobre os ativos, financiamento internacional, custo do financiamento e volume dos créditos com liquidação duvidosa. Como os resíduos das regressões podem ser correlacionados através de bancos e do tempo (BERTRAND; DUFLO; e MULLAINATHAN, 2004), os erros-padrão são agrupados por instituição financeira.

Os resultados, conforme tabela 6, apontam que os bancos estrangeiros aumentaram a oferta de crédito em, pelo menos, 6% no período, após as mudanças macroprudenciais, em comparação com os bancos domésticos. Pesquisas futuras são necessárias para complementar os resultados obtidos. Faz-se necessário entender melhor a composição dos bancos estrangeiros, buscando compreender se bancos mais expostos à crise de dívida soberana europeia foram os que mais substituíram seus investimentos para operações de crédito no Brasil. Adicionalmente, é importante compreender os canais pelo qual houve o fluxo de recursos do exterior para ampliar a oferta de crédito local.

Tabela 6 – O efeito da propriedade dos bancos sobre a oferta de crédito local

	(1)	(2)	(3)
Estrangeiro * Depois	0,0835** (0,0365)	0,0775*** (0,0205)	0,0632*** (0,0205)
Público * Depois	0,0911 (0,0614)	0,0754 (0,0482)	0,0846* (0,0431)
Controles do banco	Não	Não	Sim
<i>Efeitos fixos</i>			
Banco	Sim	Sim	Sim
Tempo	Sim	Não	Não
Firma	Sim	Não	Não
Firma * Tempo	Não	Sim	Sim
Número de observações	1.641.444	1.641.444	1.641.444
R ²	0,14	0,15	0,15

Os erros-padrão são agrupados a nível do banco. Os erros-padrão são dentro dos parênteses e ***, **, * correspondem um, cinco e dez por cento em nível de significância

5 Transmissão de choques internacionais pelos *Ratings* de Crédito locais

De acordo com a literatura, bancos têm vantagem competitiva na avaliação e acompanhamento de uma firma (DIAMOND, 1984; RAMAKRISHNAN e THAKOR, 1984; FAMA, 1985). A relação contínua e estável entre um banco e uma firma permite à instituição financeira adquirir informações privadas sobre a empresa tomadora de crédito. Se os bancos têm informações públicas e privadas sobre uma firma, pode-se concluir que os bancos são propriamente mais adequados para avaliar os riscos de seus clientes e, portanto, as classificações de risco de crédito dos bancos seriam a melhor medida disponível do risco da carteira de crédito do banco (NAKAMURA e ROSZBACH, 2010).

No entanto, é possível que os bancos estrangeiros não estejam tão bem preparados para coletar informações de seus clientes locais (STEIN, 2002; CANALES e NANDA, 2012). É possível que exista maior dificuldade na coleta de informações no mercado local se as subsidiárias estrangeiras estiverem distantes de suas sedes no exterior (BERGER e DEYOUNG, 2006; MIAN, 2006). Além disso, os bancos estrangeiros podem rever suas percepções de uma classe inteira de empréstimos com base em perdas em apenas alguns dos países em que operam (VAN RIJCKEGHEM e WEDER, 2003). Assim, uma diminuição na qualidade de clientes em outros mercados pode fazer com que o banco estrangeiro torne-se mais pessimista sobre a qualidade dos clientes locais (BERROSPIDE; BLACK; KEETON, 2013).

Com as tensões de liquidez que se espalharam rapidamente na Zona do Euro, a partir de agosto de 2007, e com os efeitos do colapso do *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, o mundo entrou na pior crise financeira mundial desde a Grande Depressão. O gráfico 5 ilustra como os bancos no Brasil responderam às incertezas internacionais após o terceiro trimestre de 2007 (linha pontilhada). Houve elevação da provisão média de risco e maior divergência, medida em termos de desvio padrão, da provisão de diferentes credores para uma amostra comum de clientes no Brasil.

Nesta seção, testa-se a hipótese de que um choque adverso no exterior afeta os bancos de forma heterogênea, induzindo os bancos estrangeiros, em particular, a se tornarem mais pessimistas com relação à qualidade dos clientes locais. Se isso é verdade, esse tipo de comportamento pode ser capturado por meio das classificações de risco de crédito. Tal conclusão seria consistente com a ideia de que os bancos estrangeiros colocam maior peso sobre a evolução em outros mercados quando possuem menos informações sobre os mercados locais. A questão levantada nesta seção é particularmente relevante para os países nos quais as classificações de risco de crédito são compartilhadas entre os bancos por meio de agências públicas de informações de crédito. Se os riscos internacionais são transmitidos para um mercado local, por meio do canal de classificação de risco de crédito, os *ratings* públicos de crédito podem exacerbar a coordenação de credores, aumentando a dificuldade de acesso financeiro de uma firma (HERTZBERG; LIBERTI; PARAVISINI, 2011).

Para testar o potencial de transmissão de risco por meio de *ratings* de crédito, utiliza-se uma amostra de dados em painel coletados do SCR. Os dados de crédito são trimestrais para mais de 500.000 empresas de 2005 a 2009, na qual cada empréstimo tem um *rating* atribuído pelo banco (vide Tabela 7). Todos os empréstimos para o

mesmo cliente são agregados no nível banco-empresa-trimestre. A partir dessa amostra, selecionam-se as empresas com duas ou mais relações bancárias antes e depois da crise financeira, o que permite testar empiricamente a transmissão do risco em um cenário comparativo, utilizando metodologia de “diferenças em diferenças”. A seguinte especificação é usada para investigar se os bancos estrangeiros diferem no que diz respeito à análise de risco de crédito, após setembro de 2007, em comparação com outros bancos:

$$\begin{aligned} \text{Risco}_{i,b,t} = & \alpha_i + \alpha_t + \alpha_b + \\ & + \beta_1 \text{Estrangeiro}_b * \text{Depois}_t + \\ & + \beta_2 \text{Público}_b * \text{Depois}_t + \\ & + \gamma_1 X_{b,t} + \gamma_2 Y_{i,b,t} + \varepsilon_{i,b,t}, \end{aligned} \quad (1)$$

em que $\text{Risco}_{i,b,t}$ é igual à média ponderada de risco de crédito de todos os empréstimos atribuídos pelo banco b para empresa i no trimestre t , de acordo com a Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Estrangeiro_b é uma variável binária que tem valor 1, se o controle do banco no Brasil é de um país estrangeiro, e valor zero no caso contrário. **Depois** é uma variável binária que tem valor um nos trimestres, a partir do terceiro trimestre de 2007 até o segundo trimestre de 2009, e zero, no caso contrário. Público_b é uma variável binária que tem valor 1, se o controle do banco no Brasil é do governo federal ou de algum dos estados da federação, e zero, no caso contrário.

A amostra começa no terceiro trimestre de 2005 e termina no segundo trimestre de 2009. São incluídos efeitos fixos de firmas, trimestres e bancos, os quais controlam por fatores não observáveis em cada uma dessas dimensões, respectivamente. α_i , α_t e α_b . $\varepsilon_{i,b,t}$ é um termo de erro idiossincrático. O vetor $X_{b,t}$ controla uma série de características observáveis de cada banco b no trimestre t , incluindo tamanho, percentual de ativos de crédito, patrimônio líquido, e retorno sobre os ativos. O vetor $Y_{i,b,t}$ controla um conjunto de características observáveis de relacionamento, incluindo saldo da dívida, a presença de garantias, a importância do banco mais antigo para a empresa e percentagens de empréstimos que são classificados de acordo com Schnabl (2012). Dessa forma, é possível controlar determinantes específicos de risco no nível de instituição financeira e de relacionamento bancário não capturados pelos efeitos fixos especificados acima. Como os resíduos das regressões podem ser correlacionados por meio de bancos e do tempo (BERTRAND; DUFLO; MULLAINATHAN, 2004), os erros-padrão são agrupados no nível da instituição financeira.

Os resultados, conforme tabela 8, apontam que a crise teve um efeito sobre a avaliação de risco das empresas. Em média, os bancos estrangeiros foram mais agressivos na redução da nota de crédito de seus clientes, em comparação com os bancos privados nacionais durante a crise. Em particular, os bancos estrangeiros

rebaixaram as classificações de crédito em 26 pontos base (p.b.) no período posterior *vis-à-vis* os bancos privados nacionais para as mesmas empresas. Por outro lado, os bancos públicos exibiram o comportamento mais conservador no período posterior, com classificações 21 p.b. superiores às classificações dos bancos privados nacionais. Dessa forma, conclui-se que as classificações de risco de crédito podem ser um importante canal para a transmissão de risco entre mercados. Apesar desses resultados preliminares, pesquisas futuras são necessárias para compreender melhor se os bancos mais expostos à crise internacional foram os que mais reduziram a nota de crédito de seus clientes no Brasil. Além disso, é importante utilizar outras medidas de risco de crédito a fim de comprovar os resultados documentados nesta seção.

Gráfico 5 – Provisão de risco pelos bancos no Brasil (média ± desvio padrão)

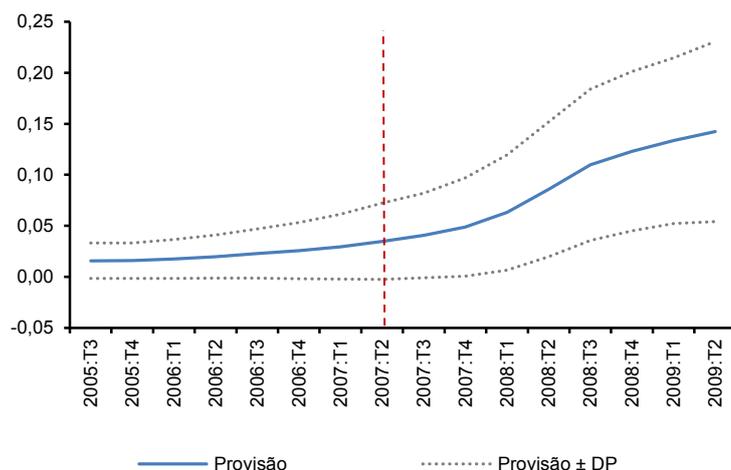


Tabela 7 – Classificação de risco de crédito no Brasil

Rating de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Correspondente para a pesquisa	10	9	8	7	6	5	4	3	2
Provisão (%) do total da dívida	0	0,5	1	3	10	30	50	70	100
Dias em atraso	0	0	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	>180

Tabela 8 – O efeito da propriedade dos bancos sobre o risco de crédito

	(1)	(2)	(3)
Estrangeiro * Depois	-0,2457** (0,1148)	-0,2470*** (0,0585)	-0,2606*** (0,0557)
Público * Depois	0,2332* (0,1177)	0,2040*** (0,0583)	0,2164*** (0,0545)
Controles do banco	Não	Não	Sim
<i>Efeitos fixos</i>			
Banco	Sim	Sim	Sim
Tempo	Sim	Não	Não
Firma	Sim	Não	Não
Firma * Tempo	Não	Sim	Sim
Número de observações	1.497.217	1.497.217	1.497.217
R ²	0,20	0,22	0,24

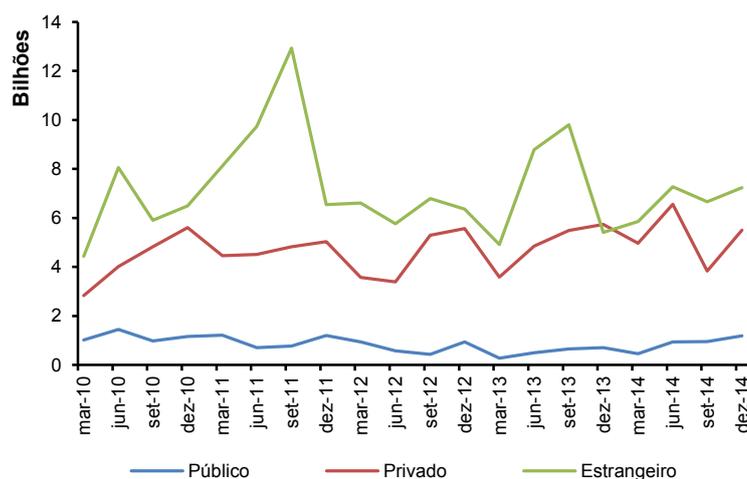
Os erros-padrão são agrupados a nível do banco. Os erros-padrão são dentro dos parênteses e ***, **, * correspondem um, cinco e dez por cento em nível de significância

6 Derivativos cambiais

Empresas e investidores utilizam derivativos cambiais como instrumentos para ajustarem suas exposições ao risco cambial. Os bancos de controle estrangeiro que atuam no país têm tido papel historicamente importante na oferta desses instrumentos. De fato, até o final de 2014, esses bancos mantiveram-se como os mais atuantes no mercado de derivativos cambiais no Brasil, seguindo a tendência observada em Oliveira, Schiozer e Leão (2011).

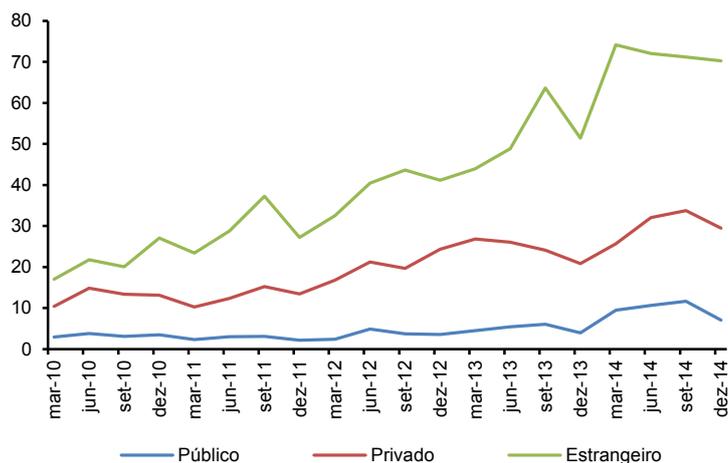
O gráfico 6 apresenta os volumes negociados de *swaps* registrados na Cetip. No painel A, constam todas as operações e, no painel B, apenas aquelas em que a contraparte é o setor não financeiro (empresas e pessoas físicas). No painel A, vê-se que as participações de cada tipo de banco têm-se mantido relativamente estáveis ao longo do tempo, com os bancos estrangeiros detendo aproximadamente 70% do volume total negociado em *swaps* na Cetip, seguidos pelos bancos privados (25%) e pelos públicos (5%). O painel B mostra que os estrangeiros detêm pouco mais da metade do mercado de *swaps* com contraparte não financeira, em média. Uma exceção foi o último trimestre de 2013, quando a participação dos bancos privados nacionais superou a dos estrangeiros (48% vs. 46%).

Gráfico 6 – Painel B. volume *swap* Cetip com contraparte não financeira em US\$ bilhões



O gráfico 7 apresenta os volumes negociados de contratos a termo de moeda (*Non-Deliverable Forwards* – NDF) com registro na Cetip. O painel A mostra que o volume total dessas operações cresceu mais de quatro vezes ao longo de um período de cinco anos. A participação de bancos estrangeiros aumentou aproximadamente 15 p.p., entre 2010 e 2014, chegando a três quartos do mercado no último trimestre de 2014. O painel B mostra as operações de NDF com contraparte não financeira. O crescimento também foi expressivo, 3,5 vezes nos últimos cinco anos. A participação de bancos estrangeiros aumentou aproximadamente 10 p.p., entre 2010 e 2014, e atingiu 62% do mercado no último trimestre de 2014.

Gráfico 7 – Painel B. volume NDF Cetip com contraparte não financeira em US\$ bilhões



O fato de os bancos estrangeiros dominarem o mercado de derivativos cambiais reforça os argumentos de sofisticação tecnológica e de efeitos benéficos da presença desses tipos de bancos em economias emergentes (LEVINE, 1996; CLAESSENS; e VAN HOREN, 2012), pois esses instrumentos podem auxiliar a gestão de risco das empresas e dos investidores.

7 Considerações finais

No tópico especial deste Relatório, buscou-se descrever a atuação dos bancos de controle estrangeiro presentes no Brasil, do período mais recente até 2014. Em suma, verificou-se uma redução da participação relativa dos bancos estrangeiros no SFN e um crescimento dos bancos públicos, em termos de ativos totais e crédito, e, por outro lado, um crescimento da participação dos estrangeiros no mercado de derivativos cambiais.

Entre as mais importantes modalidades de créditos livres, as taxas de juros cobradas pelos bancos estrangeiros para pessoas jurídicas são, em média, inferiores às cobradas pelos bancos privados nacionais e públicos. Além disso, de maneira geral, os bancos estrangeiros parecem promover maior concorrência no mercado de crédito para pessoas jurídicas.

Com relação à transmissão de choques externos, os exercícios realizados indicam que esse tipo de choque parece afetar negativamente a percepção que os bancos estrangeiros têm do risco de crédito das firmas domésticas. Por outro lado, sugerem que os choques parecem não afetar negativamente o volume de concessões, uma vez que a oferta de crédito dos bancos estrangeiros não foi estatisticamente inferior àquela dos bancos domésticos privados para a amostra de firmas no período de análise.

Finalmente, o grupo de bancos estrangeiros permanece o mais atuante do mercado de derivativos cambiais, o que reforça a importância de sua presença na economia, frente às necessidades das empresas e dos investidores de instrumentos para a gestão de risco cambial.

8 Referências

- Allen, F., A. Hryckiewicz, O. Kowalewski, e G. Tumer-Alkan (2012) **Transmission of bank liquidity shocks in loan and deposit markets**: the role of interbank borrowing and market monitoring. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1707591>
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Vários anos.
- BERGER, A.; DEYOUNG, R. Technological Progress and the Geographic Expansion of Commercial Banks. **Journal of Money, Credit, and Banking**, 38: 1483-1513, 2006.
- BERROSPIDE, J.; BLACK, L.; KEETON, W. The cross-market spillover of economic shocks through multi-market banks. **Finance and Economics Discussion Series**, nº 52, 2013.
- BERTRAND, M.; DUFLO, E.; MULLAINATHAN, S. How Much Should We Trust Differences-in-Differences Estimates? **Quarterly Journal of Economics**, 119: 249-275, 2004.
- CANALES, R.; NANDA, R. A Darker Side to Decentralized Banks: Market Power and Credit Rationing in SME Lending. **Journal of Financial Economics**, 105: 353-366, 2012.
- CETORELLI, N.; GOLDBERG, L. Banking globalization and monetary transmission. **Journal of Finance**, 67(5): 1811-1843, 2012.
- CLAESSENS, S.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; HUIZINGA, H. How does foreign entry affect the domestic banking market? **Journal of Banking and Finance**, 25: 891-911, 2001.
- CLAESSENS, Stijn; VAN HOREN, Neeltje. Foreign banks: trends, impact and financial stability. **IMF Working Paper WP/12/10**, January 2012.
- CLARKE, G.; CULL, R.; PERIA, M.; SANCHEZ, S. Foreign bank entry: experience, implications for developing countries, and agenda for further research. **World Bank Research Observer**, 18: 25-40, 2003.
- CULL, R.; PERIA, M. Foreign bank participation in developing countries: What do we know about the drivers and consequences of this phenomenon? **Policy Research Working Paper**, 5398, The World Bank, 2010.
- DA SILVA, L.; HARRIS, R. Sailing through the Global Financial Storm: Brazil's recent experience with monetary and macroprudential policies to lean against the financial cycle and deal with systemic risks. **Central Bank of Brazil working paper series**, nº 290.
- DIAMOND, D. Financial Intermediation and Delegated Monitoring. **Review of Economic Studies**, 51: 393-414, 1984.
- FAMA, E. What's Different About Banks? **Journal of Monetary Economics**, 15: 29-39, 1985.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Navigating Monetary Policy Challenges and Managing Risks. **Global Financial Stability Report**, Washington, 2015.

GOLDBERG, L. Understanding banking sector globalization. **IMF Staff Papers**, 56, nº1, 2009.

HENDRY, D. F.; JOHANSEN, S.; C. Santos. Automatic selection of Indicators in a Fully Saturated Regression, **Computational Statistics**, 33: 337-339, 2008.

HERTZBERG, A.; LIBERTI, J.; PARAVISINI, D. Information and Incentives Inside the Firm: Evidence from Loan Officer Rotation. **Journal of Finance** 65: 795-828, (2010).

KHWAJA, A.; MIAN, A. Tracing the Impact of Bank Liquidity Shocks: Evidence from an Emerging Market. **American Economic Review** 98: 1413-1442, 2008.

LEVINE, R. Foreign banks, financial development, and economic growth. In *International Financial Markets: Harmonization versus Competition*. ed., Claude E. Barfield, Washington, D.C.: **The AEI Press**, 1996.

MONTORO, C.; ROJAS-SUAREZ, L. Credit at times of stress: Latin American lessons from the global financial crisis. **BIS Working Papers**, nº 370, 2012.

MORGAN, D.; RIME, B.; STRAHAN, P. Bank Integration and State Business Cycles. **Quarterly Journal of Economics**, 119: 1555-1584, 2004.

NAKAMURA, L.; ROSZBACH, K. Credit Ratings and Bank Monitoring Ability. **Discussion Paper**, 2010-37S, Tilburg University, Center for Economic Research.

OLIVEIRA, R.; SCHIOZER, R.; LEÃO, S. (2011) Atuação de Bancos Estrangeiros no Brasil: Mercados de Crédito e Derivativos de 2005 a 2011. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, Banco Central do Brasil.

POPOV, A.; UDELL, G. Cross-border banking and the international transmission of financial distress during the crisis of 2007-2008. **ECB Working Paper**, nº 1203, 2010.

RAMAKRISHNAN, R.; THAKOR, A. Information Reliability and a Theory of Financial Intermediation. **Review of Economic Studies**, 51: 415-432, 1984.

SCHNABL, P. The international transmission of bank liquidity shocks: Evidence from an Emerging Market. **Journal of Finance**, 67: 897-932, 2012.

STEIN, J. Information Production and Capital Allocation: Decentralized vs. Hierarchical Firms. **Journal of Finance** 57: 1891-1921, 2002.

VAN RICJKEGHEM, C.; WEDER, B. Spillovers through Banking Centers: A Panel Data Analysis of Bank Flows. **Journal of International Money and Finance**, 22: 483-509, 2003.

